

Fundação Oswaldo Cruz - Rio de Janeiro
Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH)
Curso de Especialização em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana

Percepções de infância e adolescência no Movimento dos
Trabalhadores sem Terra: questões para a saúde coletiva.

Larissa E. B. Wollz

Orientador: Prof. Eduardo Navarro Stotz

Rio de Janeiro

Abril 2012

Fundação Oswaldo Cruz - Rio de Janeiro
Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH)
Curso de Especialização em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana

Percepções de infância e adolescência no Movimento dos Trabalhadores sem Terra: questões para a saúde coletiva.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização *latu sensu* em Curso de Especialização em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana para a obtenção do título de Especialista na área através da Fundação Oswaldo Cruz - Rio de Janeiro - Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH).

Orientador: Prof. Eduardo Navarro Stotz

Rio de Janeiro

2012

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Eduardo Stotz que com sua sabedoria e sua generosidade me ajudou a encontrar um caminho. Obrigada pelas conversas, pelo aprendizado, pela confiança e pelos livros.

Às coordenadoras do curso Liliane Reis e Paula Sarcinelli e a todos os professores curso.

Aos professores Luiz Carlos Fadel e Kátia Reis por aceitarem o convite para serem avaliadores desse trabalho.

A toda a equipe do Cesteh pela acolhida.

Aos companheiros de curso pelos ótimos momentos juntos.

Aos amigos Carlinha, Gil, Jú, Soraya, Tânia e Val pelas risadas e companherismo.

Ao Chico pela cumplicidade e afeto.

Aos meus pais Walter e Clarice e aos meus irmãos Fabíola e Henrique por tudo.

*Primeiro o menino viu uma estrela pousada nas pétalas da noite
E foi contar para a turma.
A turma falou que o menino zoroava.
Logo o menino contou que viu o dia parado em cima de uma lata
Igual que um pássaro pousado sobre uma pedra.
Ele disse: dava a impressão que a lata amparava o dia.
A turma caçoou.
Mas o menino começou a apertar parafuso no vento.
A turma falou: mas como você pode apertar parafuso no vento
Se o vento nem tem organismo.
Mas o menino afirmou que o vento tinha organismo
E continuou a apertar parafuso no vento.*

Manuel de Barros

SUMÁRIO

Resumo.....	6
Introdução.....	7
1. Camponeses, Cultura e Transformação Social.....	12
2. Alguns aspectos do Pensamento de Chayanov e Marx.....	16
3. A questão agrária e o campesinato no Brasil: questões para a saúde coletiva.....	21
4. As lutas camponesas no Brasil e uma breve contextualização do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.....	31
5. Percepções de Infância e Adolescência no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra: questões para a saúde coletiva.....	40
5.1 - Análises comparativas entre infâncias e adolescências do/no meio rural e urbano.....	42
5.2 - Concepções de saúde relacionadas ao MST.....	48
5.3 - Políticas, práticas pedagógicas e especificidades da educação do campo.....	54
5.4 - A vivência da infância e adolescência do/no MST.....	56
Considerações Finais e Próximos Passos.....	62
Referências Bibliográficas.....	64

RESUMO

Essa pesquisa consiste numa revisão da bibliografia sobre as percepções de infância e adolescência no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Considerado como o mais importante movimento social e político do Brasil atual, têm como uma das suas bases de luta o cuidado integral para as crianças e adolescentes do Movimento (chamados Sem Terrinha) e que vivem no campo. A atuação educacional do MST em escolas, cursos técnicos e superiores consistem também em espaços de diálogo acerca da cultura camponesa, da solidariedade e de conscientização para o trabalho e a militância vinculada aos princípios da luta pela terra, pautados dentro do ideário e da práxis que contestam e confrontam a lógica destrutiva do capitalismo. Por isso, nesse estudo também buscamos consubstanciar as conceituações de campesinato propostas por Marx e Chayanov, assim como brevemente descrever e discutir os aspectos históricos e econômicos da questão agrária relacionadas à luta pela terra. Optamos principalmente pelo estudo sobre a infância e adolescência relacionadas às questões saúde e trabalho, pois são conceitos repletos de conteúdos ideológicos, sociais e culturais, que tem potencial para desvelar questões importantes relacionadas às representações e práticas camponesas e ao projeto de sociedade que se almeja construir. Tendo em vista as questões citadas acima, esse estudo trata da compreensão da infância e adolescência na literatura sobre os assentamentos rurais do MST e dos seus sentidos (sociais e culturais) acerca do processo saúde e trabalho. A partir da especificidade do tema podemos perceber alguns descompassos entre a sua relevância social e sua ausência na produção acadêmica e nas políticas públicas de saúde, ambas alheias ao universo simbólico do campesinato constituído pelo MST desde o seu surgimento.

Descritores: Infância e Adolescência, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Camponeses, Sem Terrinha, Saúde.

INTRODUÇÃO

O campesinato é um termo repleto de sentidos culturais, sociais e históricos. Entre as idéias e valores presentes no conceito estão as formas de organização da produção e modos de vida que visam garantir a sua reprodução social, não sendo apenas um setor específico da economia (STOTZ, 2008).

A definição de campesinato tem um peso que transcende a materialidade econômica da produção e da troca de mercadorias; a reflexão acerca do tema nos permite compreender os espaços da cultura e da superestrutura, com seu aparato jurídico, ideológico e moral. Vale destacar alguns dos elementos comuns à cultura camponesa como a centralidade do papel da família na organização da produção, as percepções de infância e adolescência, os costumes de herança, a tradição religiosa e as formas de comportamento político, juntamente com o trabalho na terra (MOURA, 1988).

No Brasil as questões que envolvem o campesinato se inscrevem nos processos sociais e políticos em territórios de extrema desigualdade social que luta pela terra e pela reforma agrária se posicionando contra o latifúndio presente no centro do poder político e econômico da sociedade (MARQUES, 2008).

Nesse cenário, podemos destacar o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que, com apoio de instituições como a Via Campesina, reivindica do governo a execução e conceba um Projeto de Reforma Agrária que promova as condições necessárias às famílias camponesas para produção e condições adequadas para a vida no meio rural como escolas, espaços recreativos, saneamento e tantos outros benefícios para a promoção da vida na coletividade (FRANCIOSI, 2001).

A atuação educacional do MST em escolas, cursos técnicos e superiores consiste também em espaços de diálogo acerca da cultura camponesa, da solidariedade e de conscientização para o trabalho e a militância vinculada aos princípios da luta pela terra.

Nesse contexto as crianças e adolescentes participam ativamente no movimento, seja nos ambientes escolares realizando atividades vinculadas a experiências intelectuais e práticas, como o cultivo da horta na escola, estímulo a ações coletivas e de auto-organização por parte das crianças (CORSO & PIETROBON, 2009), seja em mobilizações e eventos. Da experiência das mobilizações em torno de temas de natureza sociocultural, geralmente paralelos ou complementares às atividades escolares, originou-se a organização de crianças e jovens auto-identificados como Sem-Terrinha (KULESZA, 2008).

Tendo em vista as questões citadas acima, esse estudo trata da compreensão da infância e adolescência na literatura sobre os assentamentos rurais do MST e dos seus sentidos (sociais e culturais) acerca do processo saúde e trabalho. Consiste numa revisão da bibliografia sobre as percepções de saúde e trabalho das crianças e adolescentes no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Nesse trabalho também buscaremos consubstanciar as conceituações de campesinato propostas por Marx e Chayanov, assim como descrever e discutir os aspectos históricos e econômicos da questão agrária relacionadas à luta pela terra.

É importante destacar que esse estudo além de ser parte das atividades do curso de Especialização em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH/FIOCRUZ), é parte integrante e constitutiva da versão inicial do projeto de tese do Curso de Doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) especificamente no Programa de Pós-graduação em Ciências (PGCM), em parceria com o Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente

(NESA), orientado pelo Professor Eduardo Navarro Stotz e pela Professora Mary Rangel na linha de pesquisa Informação e Educação em Saúde.

Inicialmente na primeira etapa desse estudo realizamos uma revisão crítica da literatura, exploratória e descritiva do tipo narrativa a partir da pesquisa em artigos nos portais de periódicos eletrônicos de acesso livre, disponíveis nas bases eletrônicas: Scielo, Lilacs e Capes.

Optamos como estratégia de busca utilização e/ou combinação das seguintes palavras chaves: Infância; adolescência; meio rural; campo; Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST); campesinato; Sem Terrinha; erradicação do trabalho infantil. Pesquisamos inicialmente 129 artigos, separados conforme a descrição da Tabela abaixo.

Artigos Pesquisados:	
1)Infância e adolescência ou campo:	14 artigos;
2)Campesinato e infância e adolescência:	0 artigos;
3)Campesinato:	13 artigos;
4)Trabalho infantil e meio rural:	5 artigos;
5) MST:	84 artigos;
6) Saúde e trabalho infantil e campo:	0 artigos;
7) Saúde e trabalho infantil:	5 artigos;
8) Erradicação e trabalho infantil:	6 artigos;
9)Saúde rural e infância:	2 artigos.

Utilizamos duas fontes de pesquisa para tratar da abordagem científica dos referenciais bibliográficos:

Inicialmente o livro denominado “O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa” de Alda Judith Alves-Mazzotti e Fernando Gewandsznajder. Especificamente o capítulo que trata da revisão bibliográfica, sua análise, problematização e apresentação.

E principalmente a metodologia descrita no “Manual de Investigação em Ciências Sociais” de Quivy e Campenhoudt. Nesse manual os autores compreendem uma investigação nos três atos do procedimento científico, tal como proposto por Gaston Bachelard. “O fato científico é conquistado, construído e verificado: conquistado sobre os preconceitos; construído pela razão; verificado nos fatos” (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1998, p.25).

As etapas para o procedimento analítico foram: leitura e resumo dos artigos; seleção dos textos a partir das leituras; leitura dos textos selecionados; sistematização da leitura de acordo com o objeto de estudo. Selecionamos dezoito artigos para análise.

Esse trabalho está dividido em cinco capítulos. No capítulo 1 - Camponeses, Cultura e Transformação Social - refletimos sobre as especificidades relacionadas ao camponês e o campesinato. No capítulo 2 destacamos dois pensadores clássicos que traçam análises e formulações teóricas a respeito do campesinato, Karl Marx e A. V. Chayanov.

Pontuamos algumas discussões e análises nos capítulos 3 e 4 sobre a questão agrária, o campesinato e as lutas camponesas no Brasil, além de uma breve contextualização do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

No capítulo 5, Percepções de Infância e Adolescência no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra: questões para a saúde coletiva, são apresentados os artigos analisados.

Identificamos quatro tendências nos estudos, a saber: Análises comparativas entre infâncias e adolescências do/no meio rural e urbano; Concepções de saúde relacionadas ao MST; Políticas, práticas pedagógicas e especificidades da educação do campo; A vivência da infância e adolescência do/no MST.

Nesses estudos buscamos analisar os discursos acerca do trabalho de crianças e adolescentes no meio rural e no Movimento dos Trabalhadores sem Terra, tendo em vista a produção bibliográfica brasileira em revistas e periódicos eletrônicos sobre saúde e educação. Através dessa análise, pretendeu-se problematizar as idéias mais recorrentes envolvidas na caracterização e nas formulações explicativas para a temática em questão.

De um modo geral, a discussão sobre a infância e adolescência no Movimento dos Trabalhadores sem Terra está abordada na literatura de educação. Não encontramos estudos e análise na área da saúde sobre as percepções de infância e adolescência no MST, questões relacionadas ao trabalho de crianças e adolescentes no meio rural e o impacto a saúde que levam em conta as especificidades do campesinato e a vivencia no interior de um movimento social.

1. Camponeses, cultura e transformação social.

O campesinato é um termo repleto de sentidos que reflete conceitos culturais, sociais e históricos. O conceito se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar em formas distintas de acesso a terra. Entre os elementos comuns à cultura camponesa está a centralidade do papel da família na organização da produção, os costumes de herança, a tradição religiosa e as formas de comportamento político, juntamente com o trabalho na terra (MOURA, 1988; MARQUES, 2008).

Inscritos nas idéias e valores presentes no conceito de campesinato estão as formas de organização da produção e modos de vida que visam garantir a sua reprodução social e cultura, não sendo apenas um setor da economia específico (STOTZ, 2008). Ou seja, sua definição tem um peso que transcende a materialidade econômica e a reflexão acerca do tema nos permite compreender os espaços da cultura e da superestrutura, com seu aparato jurídico, ideológico e moral (MOURA, 1988).

São muitas as definições possíveis para a palavra cultura. Pode ser entendida como: criação de uma ordem simbólica da lei, com interdições, obrigações e atribuições de valor às ações humanas; formas de autoridade; formas de relação com o poder; modos de dar sentido aos acontecimentos (estrutura simbólica); criação de uma ordem simbólica que “organiza” a sexualidade, os mecanismos da linguagem, a dimensão do trabalho, do tempo, do sagrado e do profano, do visível e do invisível, dos símbolos que interpretam e dão sentido à realidade. (CHAUÍ, 1999)

No nosso trabalho, entendemos a cultura como uma ordem simbólica, que varia de acordo com os diferentes processos históricos e dinâmica social dos grupos, atribuindo sentidos a práticas, comportamentos, ações e instituições mediante as quais os homens criam rituais religiosos, modos de

trabalhos, tipos de habitação, utensílios, culinária, tecelagem, vestuário, dança, música, pintura, escultura, objetos cotidianos, etc.

Deste modo, a cultura do campesinato, remete a uma ordem simbólica construída historicamente e possui especificidades em sua inserção na lógica econômica de produção, observadas e sintetizadas por Moura (1988, p.8):

[...] há o fato de o camponês controlar a terra no capitalismo sem ser possuidor de capital, na acepção marxista da palavra; há também o fato de o camponês ser o pomo da discórdia sobre a natureza de classe das revoluções que implantaram ou derrubaram historicamente a ordem burguesa; há ainda o fato de o camponês trabalhar com a ajuda da família, à qual não remunera segundo a ótica capitalista, isto no mundo marcado pelo contrato individual de trabalho e pelo pagamento em salário das tarefas desempenhadas; resta assinalar o fato de o camponês lutar por formas culturais e sociais próprias de organização, sem ser ou poder se concretizar como outro povo ou outra cultura, estranhando, mais do que recusando a sociedade abrangente que o contém e circunda.

Outra importante questão apontada por Stotz (2008) são os preconceitos relacionados aos estereótipos sociais relacionados ao campesinato presentes tanto no imaginário do senso comum como nas instituições acadêmicas, inclusive na área de Saúde Pública. É comum a representação desse grupo social como um grupo que mantém e expressa modos de vida tradicionais, opostos à ‘modernização’ ou que se caracterizam pela falta de escolarização, ignorância e superstição.

Os preconceitos se desvelam também nas análises relacionadas às perspectivas e ações políticas atribuídas ao camponês. Moura (1988, p.52) destaca que “[...] a minoridade conferida à ação política do camponês está

presente em diversas tendências de interpretação do meio rural brasileiro. [...] que julgam o camponês um indivíduo preso a ficções alienantes, cabendo aos ativistas a tarefa magistral de ‘ensiná-lo’”. Apontaremos mais adiante nesse trabalho a relevância do papel econômico e político do camponês na história do Brasil e da repercussão desses preconceitos relatados por crianças no campo no ambiente escolar.

Outra questão que vale também destacar diz respeito às várias características e pluralidade de formas de definir os camponeses. Algumas delas são apontadas por Moura (1988): pessoas e/ou famílias que habitam e/ou trabalham no campo, que vivem em pequenas extensões de terra e do que ela produz; sitiantes que cultivam uma parcela da terra; cultivadores que possuem uma roça dentro de uma grande propriedade, também chamados de colonos, moradores ou parceiros; ou os posseiros, que cultivam nas chamadas terras livres, “que embora palco de numerosas lutas sociais pela manutenção da posse da terra, não tem impedido que eles produzam para a auto-subsistência e, eventualmente, para mercados em diversos pontos do país (p.65)”.

Mais especificamente podemos diferenciar esse grupo social pelas práticas adotadas pelos seu membros, que envolvem: o destino dado a cada um dos membros da família pela atribuição da herança da propriedade; as atividades de auto-subsistência; o saber prático da autonomia camponesa; as formas de cultivo e plantação, as redes de compadrio e vizinhança que se imbricam na relação com o poder no nível local, inclusive com os agentes técnicos e de financiamento da agricultura (STOTZ, 2008).

Para Cardoso (2004) uma estrutura camponesa se constitui do ponto de vista econômico a partir das seguintes características: acesso estável a terra, na forma de propriedade ou usufruto; trabalho familiar e em algumas circunstâncias utilizando força de trabalho adicional; economia fundamentalmente de auto-subsistência, com vinculação eventual ou permanente do mercado; certo grau de autonomia na gestão das atividades

agrícolas, com relação ao que plantar, quando e de que maneira. Com relação ao último aspecto há três dimensões a ser analisadas: segurança no acesso a parcela da terra; grau de relação direta com o mercado; grau de gestão do camponês sobre a sua parcela, com relação a distribuição dos recursos disponíveis.

Tudo isso atravessado pelas questões atuais advindas com a política agrícola neoliberal que envolve a intervenção do Estado tendendo a se constituir sob a ótica da acumulação de capital, da expansão das relações sociais capitalistas e, em consequência, da seleção dos interesses das diferentes frações de classe implicadas (STOTZ, 2008). Essas questões afetam diretamente os camponeses que são constantemente tencionadas pelos conflitos, contradições e negatividades que emergem na dinâmica da realidade social (MARQUES, 2008).

Destacamos a seguir algumas questões teórico-conceituais acerca do tema, uma breve discussão dos processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, para embasar a discussão sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e mais especificamente os Sem Terrinhas.

2. Alguns aspectos do pensamento de Chayanov e Marx

Para discutirmos conceitualmente as questões que abarcam o camponês e o campesinato destacaremos dois pensadores clássicos que traçam análises e formulações teóricas a respeito.

Karl Marx (1818-1883) que no conjunto da sua obra traz contribuições teórico-metodológicas como o materialismo histórico e dialético, o modo de produção capitalista e camponês, as implicações sociais e ambientais da agricultura capitalista, a teoria da ideologia, alienação, mais-valia e luta de classes na perspectiva do socialismo, tão relevantes para a construção desse trabalho (MARX, 1989).

O economista russo A. V. Chayanov (1888-1939) que trata da economia camponesa no âmbito das unidades de produção familiares, por um cálculo econômico específico, diferente do econômico capitalista. Segundo Plaza (1987, p.17)

Sin embargo, cuando Chayanov busca explicar analíticamente el funcionamiento interno de la economía familiar, hace un aporte fundamental para la comprensión de la lógica económica de la economía campesina, pues nos ofrece un sustrato para poder organizar datos y sistematizar preguntas sobre esta economía. Este aporte resulta valioso, siempre e cuando no perdamos de vista la articulación con la sociedad mayor.

Os autores desvelam e tecem considerações acerca da estrutura e da lógica da economia camponesa no interior da economia capitalista. Suas formulações teóricas nos permitem fazer contrapontos relacionados à contemporaneidade como a expansão do capitalismo no campo, o empobrecimento do camponês e da sua subordinação à lógica econômica do

capital industrial e financeiro. Produzem uma discussão que considera o contexto histórico, não relacionado somente ao passado, ao tempo cronológico, mas também as tendências e possibilidades de desenvolvimento da sociedade em seu conjunto e das formas sócio-econômicas inscritas, assim como o ritmo e o tempo social em que se desenvolve (PLAZA, 1987).

Os pensadores basicamente apresentam duas vertentes interpretativas sobre a especificidade do campesinato na sociedade moderna: Marx discute a subordinação e Chayanov a autonomia do camponês nesse modo de produção capitalista (MOURA, 1988; CARDOSO, 2004; PONTES, 2005; STOTZ, 2008).

Com relação ao marxismo clássico, para Cardoso (2004), a economia camponesa pode ser analisada sob dois aspectos: o primeiro como um modo de produção secundário ou modo de produção pequeno camponês – uma das modalidades da produção mercantil simples e que, não sendo modo de produção dominante, pode estar presente e desenvolver-se sob diferentes modos de produção, mas historicamente subordinado a diversos modos de produção dominantes; e o segundo aspecto quando se refere especificamente às formações econômico-sociais européias do século passado, como uma forma de transição cuja tendência seria a absorção pelo capitalismo.

Nas obras de Marx, a troca comercial realizada pelos camponeses foi denominada de produção mercantil simples. Sua economia é por definição uma economia mercantil: o camponês vende para comprar. A circulação da produção camponesa propicia uma reprodução simples da riqueza, que não acrescenta nem diminui. Esse tipo de circulação foi exemplificada pelo pensador a partir da fórmula M-D-M: M (mercadorias) – D (dinheiro) – M (mercadorias). Representação que significa que processo tem como fim a

satisfação de necessidades, ou seja, a venda de uma mercadoria resulta em dinheiro para adquirir outra (MOURA, 1988)¹.

Mais especificamente podemos dizer que a repetição ou renovação do ato de vender para comprar tem sua pauta e sua meta, como o próprio processo, num fim último exterior a ele: “no consumo, na satisfação de determinadas necessidades. A circulação simples de mercadorias – o processo de vender para comprar – serve de meio para a consecução de um fim último situado fora da circulação: a assimilação de valores de uso” (MARX apud PONTES, 2005, p.37).

Segundo Pontes (2005, p.37) esta operação é possível porque o camponês não aparece no mercado como possuidor de dinheiro, mas como vendedor de mercadorias produzidas por ele mesmo. Dito de outra forma é um produtor que combina os meios de produção com seu próprio trabalho, ou seja, está apto a controlar as condições técnicas de produção.

Sob outra perspectiva analítica, Chayanov aponta algumas especificidades relacionadas ao funcionamento da economia camponesa. Entre seus pressupostos a economia camponesa se caracteriza, no âmbito das unidades de produção familiares, por um cálculo econômico e relações sociais específicos e da sua autonomia no interior do modo de produção capitalista (MOURA, 1988; STOTZ, 2008).

O pensador analisa a organização da atividade econômica da família camponesa, uma família que não contrata força de trabalho externa, que tem uma certa extensão de terra disponível, seus próprios meios de produção e que, às vezes, se vê obrigada a empregar parte da sua força de trabalho em atividades rurais não agrícolas (PONTES, 2005).

Para Chayanov o cálculo econômico camponês se conjuga numa combinação particular e se diferencia do cálculo econômico capitalista.

¹ Moura (1988, p.57) esclarece que essa fórmula foi analisada por Marx “em contraste com a produção mercantil capitalista – D-M-D –, que modifica as regras do jogo, suprimindo ou subjugando as formas sociais onde prevalecia a produção mercantil simples”.

Neste último “as categorias preço, capital, salário, juro e renda determinam-se mutuamente e são funcionalmente interdependentes”. Quando há a retirada de uma dessas categorias o sistema se desagrega. Portanto o cálculo econômico camponês o insere logicamente na economia não capitalista, pois é uma economia na qual está ausente a categoria lucro e salário. A economia camponesa é uma economia familiar (MOURA, 1988, p.63).

Ou seja, a economia familiar possui os itens renda bruta e gastos em material e não pressupõe salário porque são os próprios camponeses empreendedores da produção que atuam como seus trabalhadores. A autora citada acima explica que quando deduz os gastos em material da renda bruta obtêm-se um produto líquido que pode ser considerado satisfatório ou não diante das necessidades do camponês. Nesse contexto a economia camponesa é guiada por um cálculo diferente do cálculo da economia capitalista. (MOURA, 1988)

Chayanov considera que cada modo de produção necessita de teorias regionais diferentes e que o trabalho da família é a única condição possível para o camponês obter recursos (sem o salário também há a ausência do cálculo capitalista do lucro). A questão seria determinar quais mecanismos estão atrás do trabalho familiar de uma unidade de produção fundamentalmente doméstica (PONTES, 2005).

Outro ponto característico das contribuições trazidas pelo pensador é a idéia de que o trabalho do camponês tem como fim, a satisfação de suas necessidades. Pontes (2005, p.38) parafraseando Chayanov afirma que:

[...] a lógica da análise marginalista é inaplicável, já que para o camponês a noção de utilidade marginal decrescente do trabalho se defronta com a noção de satisfação de suas necessidades. O núcleo de sua teoria passa a ser o balanço existente entre o consumo familiar e a exploração da força de trabalho. É importante, portanto, determinar empiricamente o ponto no qual o camponês deixa de trabalhar, em que ir mais

além significa um grau de exploração da sua força de trabalho que só lhe permite a satisfação de necessidades que são culturalmente definidas como marginais. O principal objetivo das operações e transações econômicas do camponês é a subsistência e não a obtenção de uma taxa normal de lucro.

Com relação às idéias destacadas acima Cardoso (2004, p.55) pontua que a teoria proposta por Chayanov sobre o funcionamento interno da economia camponesa vista como um sistema econômico não capitalista prejudicou sua contribuição para o entendimento desse modo de produção: “A sua negativa de levar em conta o capitalismo que, há dois séculos, engloba a economia camponesa e a subordina, prejudicou sem dúvida a sua análise”.

Em consonância com Moura (1988, pag.62) consideramos a possibilidade do capitalismo coexistir e subordinar a economia camponesa. Mesmo porque o modo de produção é um conceito que “[...] só se aplica ao cálculo econômico dominante e não ao subordinado. Neste sentido, à economia camponesa faltaria um ingrediente crucial para sua conceituação como um modo de produção próprio, justamente o de dominar e, por isso, subordinar”.

A partir das idéias de Chayanov, de Marx e de autores afins, aqui brevemente explanadas, podemos afirmar que existem duas características presentes na economia camponesa típica: uso da força de trabalho familiar e falta de acumulação de capital.

Para concluir consideramos que “[...] a questão a ser resolvida na vertente teórica da subordinação do trabalho camponês ao capitalismo diz respeito às razões da sua persistência, desafio histórico e teórico”, desafio enfrentado por estudiosos das mais diversas áreas de conhecimento (STOTZ, 2008, p.16).

3. A questão agrária e o campesinato no Brasil: questões para a saúde coletiva

A formação do campesinato brasileiro apresenta histórias e trajetórias que nos diferenciam de outras realidades. Existem especificidades como o fato de ser criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista; e da trajetória do campesinato brasileiro ser marcada por uma forte mobilidade espacial, diferente do forte enraizamento territorial que caracteriza o camponês europeu (MARQUES, 2008).

No Brasil as questões que envolvem o campesinato se inscrevem nos processos sociais e políticos em territórios de extrema desigualdade social que, na luta pela terra e pela reforma agrária se posicionam contra o latifúndio presente no centro do poder político e econômico da sociedade (MARQUES, 2008).

A definição de reforma agrária é uma questão cara a esse trabalho. Segundo Umbelino (2005) Reforma Agrária é o processo pelo qual o Estado modifica os direitos sobre a propriedade e de posse dos bens agrícolas, desencadeando um amplo conjunto de mudanças profundas em todos os aspectos da estrutura agrária de uma região ou de um país, visando alcançar melhorias nas condições sociais, econômicas e políticas das comunidades rurais. Para a sua implantação são necessárias duas Políticas fundamentais: a Política Fundiária e a Política Agrícola.

A Política Fundiária refere-se ao conjunto de princípios que as diferentes sociedades definiram como aceitável e/ou justo para o processo de apropriação da terra. Vale destacar que atualmente no Brasil é estipulado o limite de 2.500 hectares, 34 vezes mais que os EUA. E a Política Agrícola refere-se ao conjunto de ações de governo programadas para os assentamentos de reforma agrária como assistência social, técnica, de

fomento e de estímulo a produção, comercialização, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários. Estão também incluídos nessas ações: educação e saúde pública, assistência técnica, financeira, creditícia e de seguros, programas de garantia de preço mínimo e demais subsídios, eletrificação rural e outras obras de infra-estrutura, construção de moradias e demais instalações necessárias etc. A política fundiária e a política agrícola formam os dois pilares da reforma agrária (UMBELINO, 2005).

Desde muito antes da moderna concentração de capital, o país enfrenta interesses de diversas ordens ideológicas relacionadas à produção no campo, conforme afirma Kulesza (2008, p.298):

[...] a terra se manteve sob o controle de poucos, aqueles apropriadamente chamados de latifundiários. Os que trabalhavam na terra, como moradores ou assalariados, geravam alimentos para a reprodução social e/ou produtos para exportação. Entre esses dois extremos estabelecia-se uma extensa gama de relações sociais que, por sua vez, determinava o vínculo do trabalhador com a terra. [...] Essa concentração fundiária desencadeou um processo violento de expropriação pelo qual se procurava garantir a propriedade da terra a qualquer custo – não somente aquela destinada ao cultivo, pois, mesmo improdutiva, a terra constituía uma substancial reserva de valor para o latifundiário.

Outra questão que vale destacar, de acordo com Stédile (2011, p.27)

[...] o programa de reforma agrária clássica, que a maioria dos países industrializados fizeram no Hemisfério Norte, democratizando a propriedade e criando mercado interno, depende de um projeto político de desenvolvimento nacional baseado na industrialização. Isso saiu da agenda no Brasil. Não porque não seja um caminho. Mas porque as burguesias

industriais brasileiras nunca tiveram um projeto de desenvolvimento nacional. Esse tipo de reforma agrária está inviabilizado por eles, lamentavelmente.

Portanto desde a sua origem, a formação econômica do Brasil é marcada pela concentração da propriedade privada, pela exploração e/ou produção de matérias primas voltadas para exportação, pela concentração de renda e pelo pouco (ou nenhum) investimento na mão de obra disponível. Segundo Caio Prado Jr., na sua obra clássica “História Econômica do Brasil”, cuja primeira edição é de 1945 (1977, 20 edição), desde o descobrimento até o Século XIX, do ponto de vista da estrutura econômica, o Brasil não diferencia muito do que fora nos séculos anteriores. Temos uma estrutura econômica voltada para a exportação, uma monocultura extensiva, baseada no trabalho escravo, com fraca industrialização, dependência da metrópole, pouca autonomia, disparidades regionais, mão de obra com pouca ou nenhuma qualificação e um quadro de subdesenvolvimento técnico. Se olharmos atentamente para o presente, podemos perceber que, se o trabalho escravo foi substituído pelo livre, o país continua um exportador de matérias primas (commodities), dependente do mercado externo, sem autonomia financeira e poucos investimentos na Educação Básica e na qualificação da mão de obra para os trabalhadores do campo.

Conforme assinala Stotz (2007, p.16) as políticas públicas são a expressão e a consolidação dos interesses de classe. O Brasil é um exemplo disso, país que na sua história não promoveu:

[...] uma revolução capaz de eliminar o escravismo, promover a reforma agrária radical e inaugurar de fato a independência nacional, os interesses capitalistas não podem prescindir da intervenção do Estado, ao mesmo tempo em que resistem absolutamente à sua democratização.

Segundo o autor citado acima o processo de “modernização do campo” nos anos de 1950-1970, caracterizou-se pelo surgimento, expansão e consolidação da empresa rural e, simultaneamente, a minifundiarização e a proletarianização do trabalhador rural, sem as quais as empresas careceriam da força de trabalho disponível e barata de que necessitavam. Durante esse período, os principais pilares para o apoio estatal à “modernização” foram: financiamento e subsídio fiscal capaz de aproveitar a alta nos preços agrícolas no mercado mundial de alimentos; disseminação da adoção de sementes, fertilizantes e agrotóxicos; criação de instituições técnico-científicas (Embrapa, Embrater) que compuseram um verdadeiro sistema de assistência técnica e extensão rural (Emater).

Nos anos seguintes instituiu-se a política agrícola no Brasil da era neoliberal que se caracterizou pelo desmonte do sistema nacional de assistência técnica e pelo incentivo aos empresários rurais para obter empréstimos externos a juros mais baixos do que os praticados para os pequenos produtores. Outra consideração crítica diz respeito à lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que classifica as propriedades segundo seu tamanho, apagando os registros deixados pelas lutas de classes no campo na nomenclatura técnica da legislação, criando a denominação “agricultura familiar” como categoria socioeconômica (STOTZ, 2007).

A política agrícola no Brasil tomou dois caminhos distintos: em primeiro plano priorizou a moderna agricultura de exportação, o chamado agronegócio e em segundo plano criou o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para atender o mercado interno, direcionado à nova “agricultura familiar”. Esse último apenas contempla os pequenos agricultores integrados no mercado capitalista, deixando à margem desta política os milhões de camponeses, que nem sequer foram contemplados com a nova lei 11.322/06, que criou a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (STOTZ, 2007).

Stotz (2007, p.15) no seu artigo que relaciona saúde coletiva, reforma agrária e política neoliberal nos diz: “a história não chegou ao fim!”. É imprescindível acrescentar a essa discussão a crítica sobre as implicações das políticas econômicas vigentes; relacioná-las aos aspectos que concernem à saúde coletiva e ao ambiente; ao fomento a política de desenvolvimento agrário que retome a reforma agrária pela via da participação do trabalhador rural. Somente por essa via será possível garantir aumento da produtividade e sustentação da produção e da comercialização e institucionalizar um outro tipo de mercado.

Nessa mesma linha de pensamento Germer (2006, p.1) afirma que a reforma agrária “ainda é, e continuará sendo durante um período de tempo ainda imprevisível, o centro de qualquer pauta que proponha uma transformação estrutural, de caráter popular e democrático, na agricultura”.

Segundo o autor o desenvolvimento capitalista da agricultura se expandiu, ao articular-se ao setor agroindustrial, a burguesia agrária se fortaleceu e se consolidou economicamente e politicamente. Os interesses de classe foram unificados na nova conjuntura com a formação de duas entidades: A UDR (União Democrática Ruralista) para apoiar o latifúndio tradicional no processo de modernização e a nova burguesia agrária e agroindustrial, e FAAB (Frente Ampla Agropecuária Brasileira) para unificar as classes patronais rurais em torno de um ideário econômico comum, o combate à reforma agrária e uma versão agrária do neoliberalismo, expresso no projeto de Lei Agrícola da FAAB.

Nesse processo, muitos dos pequenos agricultores, em estado de crise estrutural, decorrente justamente do desenvolvimento capitalista em curso, constrangidos à política conservadora do empresariado rural e da UDR, incrédulos ou mal informados em relação à CUT (Central Única dos Trabalhadores), ao MST (Movimento dos Sem-Terra) e à própria reforma agrária caíram em desânimo e se tornaram presa fácil da demagogia de direita (GERMER, 2006).

O autor destaca que essas podem ser uma das razões para que a estrutura conservadora do sindicalismo de trabalhadores rurais, ligado à Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), permaneça tão fortalecida, e a expansão dos STRs (Sindicatos de Trabalhadores Rurais), ligados à CUT caminhe tão lentamente.

Segundo Germer (2006) o movimento de base desdobrou-se em três ramos: primeiramente o da luta pela reforma agrária, conduzida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se fortalece progressiva e visivelmente; o do sindicalismo, dividido entre a CUT e a Contag; e um terceiro que compõem aproximadamente 30% do número total de agricultores, “composto por uma primeira camada melhor situada economicamente, que podemos denominar pequena-burguesia e uma outra camada, maior que a anterior, denominada ‘produtor simples de mercadorias’, que luta desesperadamente contra a proletarização, da qual não conseguirá escapar” (p.9).

É interessante destacar dois fatos relacionados ao desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro: há uma nova estrutura, baseada em novas relações de produção que têm como fundamento o trabalho assalariado e, com o desenvolvimento da agricultura moderna gradualmente, passou a ser comandado pelo processo de acumulação de capital, alimentado pela produção e apropriação de mais-valia (Germer, 2006).

A estrutura de classes retratada acima mostra que a agricultura brasileira caracteriza-se pela existência de formas de organização econômicas diferenciadas. Essas diferenças precisam ser consideradas nas lutas dos trabalhadores em seu conjunto, nas análises sociais, políticas e econômicas e nos estudos e pesquisas na área.

E nesse contexto Germer (2006, p.12) ressalta que para alcançarmos o projeto de sociedade almejado com a reforma agrária no Brasil é essencial que duas coisas ocorram:

[...] em primeiro lugar, que o movimento dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores não sucumba às análises sócio-econômicas que procuram demonstrar, equivocadamente, que a reivindicação da reforma agrária está superada. Ela constitui o caminho revolucionário na agricultura e traduz tanto as aspirações de sobrevivência dos pequenos agricultores semi-autônomos quanto a inspiração histórica pelo socialismo que deverá desenvolver-se no proletariado rural. Em segundo lugar, é preciso que se desenvolva no interior do movimento sindical do proletariado industrial, mais rapidamente, a consciência socialista e as reivindicações visando o controle crescente dos meios de produção pelo coletivo dos trabalhadores e a socialização plena dos meios de produção em geral.

Corroboram com a afirmação sobre a emergência da reforma agrária citada pelos autores anteriormente destacados os recentes dados do Instituto Socioeconômico (Inesc): enquanto as pequenas propriedades, com menos de 10 hectares, ocupam 2,36% do total de terras, e representam quase metade (47,86%) dos estabelecimentos rurais, os latifúndios, com mais de mil hectares, somam menos de 1% das propriedades e controlam 44,42% das terras, situação com poucos similares no mundo (CARTA CAPITAL, 2011).

Outra questão que nos interessa tem a ver com os altos índices de pobreza das populações que vivem no campo e seu impacto à saúde coletiva. Um em cada quatro brasileiros que vivem no campo está em situação de extrema pobreza e a maioria são crianças e adolescentes, segundo dados do Censo 2010. De um total de quase 30 milhões de pessoas no meio rural, 25% dos moradores possuem renda mensal abaixo da linha da miséria, de R\$ 70 per capita por domicílio. A taxa é de 5% nas cidades, que, em números absolutos, possuem a maioria dos miseráveis (IBGE, 2010).

Outro reflexo que retrata a pobreza das famílias no campo é apresentado no estudo de Neri e Costa (2002) sobre o tempo das crianças: a partir dos dados da PNAD (Planejamento Nacional de Amostra por Domicílios), os pesquisadores analisam a alocação do tempo das crianças em termos nacionais permitindo diferenciar situações rurais das urbanas: nas áreas rurais, 36% crianças entre 10-14 anos de idade no Brasil estavam trabalhando enquanto nas áreas urbanas a taxa era de entre 8%.

Portanto, é consenso entre especialistas de diferentes instituições que a insuficiência de terra está relacionado diretamente com a situação de pobreza, muitas vezes absoluta vividas pelas populações do campo. Na reportagem apresentada na Revista Carta Capital (2011) diversos especialistas e estudiosos na área foram enfáticos em afirmar que o acesso à terra tem impactos positivos sobre o combate a pobreza, não só porque as famílias passam a produzir para consumo próprio e venda, mas porque se seguem outras políticas de acesso, como a educação, saúde, etc. Essas questões relacionam-se diretamente com o projeto de sociedade com vistas a redução dos altos índices de desigualdade social presentes no país.

Pesquisadores afirmam que é imprescindível que o país diminua a dependência de sua balança comercial com o setor primário e em consequência, a hegemonia do agronegócio. Atualmente são adotadas um processo de superexploração dos recursos naturais, inviável a um projeto nacional se pensarmos a partir do ponto de vista econômico, ambiental, educacional e dos impactos a saúde coletiva (CARTA CAPITAL, 2011).

Segundo o pesquisador Guilherme Delgado o agronegócio hegemônico gera violência no campo e viola as próprias leis ambientais. Em dez anos, 20 milhões de brasileiros vão chegar ao mercado de trabalho, e eles vão precisar de trabalho ou de terra e no modo de produção vigente há muita concentração de terra e pouco emprego. E é falsa a teoria de que a pequena produção é inviável economicamente: “[...] A pequena propriedade, por vocação, é pluricultural. Se houver políticas públicas de garantia de preços

e sistemas de concessão de crédito, não tenho dúvidas de que a agricultura familiar e a média propriedade têm total capacidade de produzir excedentes (CARTA CAPITAL, 2011, p.27)”.

Por fim, concluimos com a afirmativa do professor Milton Santos de que há uma guerra, uma tensão permanente entre o princípio de igualdade implícito no conceito de cidadania e a desigualdade inerente ao sistema capitalista (SANTOS, 1996).

4. As lutas camponesas no Brasil e uma breve contextualização do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Diante da complexa questão agrária e política brasileira, há um relevante percurso de **lutas camponesas** que denunciaram problemas sociais advindos da grande concentração de terra, mas tem sido frequentemente ignoradas, pois, como afirma Moura (1988, p.51) “a exclusão conceitual do camponês é tão marcante que importantes acontecimentos políticos da história brasileira são relegados a um plano secundário nas análises acadêmicas e partidárias”.

Para a autora citada acima a luta pelo erguimento e derrubada de cercas vem sendo uma constante no meio rural brasileiro deflagrando uma rica etnografia sobre o complexo e contraditório embate de classes opostas sobre a apropriação de terras no país.

Entre os inúmeros conflitos podemos citar a **Revolta do Contestado**, maior guerra popular da história contemporânea brasileira, que ocorreu na fronteira dos estados do Paraná e Santa Catarina, entre 1912 a 1916 (MOURA, 1988). Na região, durante a passagem do século XIX para o XX, vinte mil rebeldes lutaram contra dois terços do exército brasileiro em decorrência do violento processo de expulsão de posseiros e camponeses (CARVALHO, 2005).

Segundo MORISSAWA (2001) nesse período o governo concedeu uma enorme extensão de terras à empresa norte-americana *Brazil Railway Company*, no trecho previsto para a construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul. Essas terras foram exploradas e desflorestadas por empresas que comercializavam as madeiras no Brasil e no exterior; milhares de famílias que viviam ali foram expropriados e no final da construção da ferrovia, em 1912, cerca de 8 mil trabalhadores ficaram desempregados.

Anterior a esse acontecimento, entre 1893 a 1897, na Bahia, houve a **Revolta de Canudos** que envolveu metade do exército e camponeses, que haviam se estabelecido na região, aproximadamente 10 mil habitantes. Inserida no contexto das transformações ocorridas durante o processo de implantação da República, o movimento, de raízes populares, era temido pelos expoentes-mandatários da Nação como uma gravíssima ameaça. A luta sertaneja de Canudos é considerada como a precursora contra o latifúndio e opressão e exemplo da dramática história dos conflitos de terra no Brasil (LIMA, 2005).

A **Guerrilha de Porecatu**, ocorreu entre 1944 a 1951, no estado do Paraná. Com o envolvimento do Partido Comunista do Brasil - PCB, em 1948, chegou a controlar um perímetro de 40 km. Nesse período os posseiros fundaram as duas primeiras associações de lavradores do Brasil – a de Porecatu com 270 e a de Guaraci com 268 famílias. Essas associações chegaram a 12 até o final do conflito, já com o nome de ligas camponesas. A partir dessa disputa pelas terras devolutas surgiram a primeira Liga Camponesa do Brasil, os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais e a assinatura do primeiro decreto de desapropriação de terras para fins sociais no país (OIKAWA, 2011)².

Outro conflito marcante que se passou no mesmo período foi a expropriação de terras no sudoeste do Paraná, fomentada pelo governador Lupion com o apoio dos latifundiários. Tido com um famoso caso de grilagem de terras apoiado pelo governo estadual, a Empresa Clevelandia apossou-se das terras de camponeses já estabelecidos, inclusive de muitos que detinham o título definitivo de posse (MORISSAWA, 2001).

A **Revolta de Formoso**, que por mais de uma década, entre 1950 e 1960, plantou um território livre dominado por camponeses no Estado de

² Vale ainda mencionar dois apontamentos destacados pelo autor: foi durante a Guerrilha de Porecatu que a palavra camponês foi usada pela primeira vez para designar o trabalhador rural sem terra, arrendatário, colono ou pequeno proprietário e atualmente nessa região várias fazendas são assentamentos ou acampamentos do MST.

Goiás, também um assunto pouco conhecido na história do país (MOURA, 1988). Nos idos de 1964 os militares perseguiram as lideranças com prisões, torturas e assassinatos. Para Esteves (2005, p. 226)

“[...] a perseguição aos movimentos sociais ganharia um contorno ainda mais dramático, posto que para muitos, os posseiros haviam liberado um território e construído um verdadeiro enclave comunista a apenas alguns quilômetros da Capital Federal”.

Moura (1988) também relata a luta de **posseiros** no **Vale do Jequitinhonha**, em Minas Gerais, praticamente desconhecidas no próprio Estado. Municípios onde dezenas de famílias resistiram à ocupação de vastas áreas de terras devolutas, afirmando o direito de permanecerem nas terras como ocupantes das mesmas, na condição de camponeses.

No Brasil contemporâneo podemos destacar as lutas e conquistas que vem sendo travadas pelo **MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)**, considerado como o mais importante movimento social e político do país. Envolve cerca de meio milhão de famílias entre assentamentos conquistados e acampamentos em luta pela terra, num país onde, contraditoriamente, 3% da população detêm a posse de 2/3 das terras agriculturáveis e cerca de 70% dos alimentos para consumo interno são produzidos pelos pequenos agricultores (KULESZA, 2008).

Foi fundado em 1984 por representantes dos movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais e outras organizações que se reuniram durante 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na cidade de Cascavel no Paraná (FRANCIOSI, 2001). Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. Ao longo dos anos esse grupo se constituiu a partir de uma

identidade política sedimentada por uma complexa organização (CALDART, 2000).

Segundo Antunes (2009, p. 244) o MST é o mais importante movimento social e político do Brasil atual,

[...] fazendo renascer e ressurgir a luta dos trabalhadores do campo e convertendo-a no centro da luta política brasileira e da nossa luta de classes, é o nosso mais significativo exemplo da força e da necessidade de retomada, em bases novas, da centralidades das lutas sociais no Brasil. O MST, em verdade, tem se constituído no principal catalizador e impulsionador das lutas sociais recentes e, pelos laços fortes que mantém com setores sociais urbanos, tem possibilitado visualizar a retomada de ações de massa no Brasil, num patamar possivelmente superior aquele vivenciado nos últimos anos.

Inicialmente vale destacar que são muitas as facetas quando tratamos de situar a história de um movimento social com a dimensão do MST, já sistematizadas em inúmeras pesquisas na área como aponta o estudo de Souza (2007). Apenas situaremos alguns aspectos que consideramos relevantes para discussão e embasamento do nosso trabalho.

Historicamente o MST surge a partir da luta histórica e estrutural relacionada a questão agrária no país. Relaciona-se ao processo de modernização da agricultura brasileira da década de 1970 e consequentemente na expropriação dos pequenos produtores, em especial do Sul do país; juntamente com o trabalho formativo e organizado pela Igreja Católica e a crítica formulada por esta instituição à forma considerada pouco mobilizadora e ineficaz por meio da qual a luta pela terra e a demanda por reforma agrária estavam sendo conduzidas pelo sindicalismo rural liderado pela Contag (MEDEIROS, 2005, CALDART, 2000).

A estratégia fundamental de suas ações são as ocupações de terra, por um grande número de pessoas e de forma simultânea, e os acampamentos decorrentes delas apareceram como alternativa para pressionar o Estado, criando fatos políticos e atraindo a atenção da opinião pública.

Quando estava completando 16 anos, o MST estava organizado em 22 estados, e segundo Caldart (2000) seguiu com os mesmos objetivos definidos no Encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores. Na entrada dos anos 2000,

[...] o MST contabiliza um número de aproximadamente 250 mil famílias assentadas e de 70 mil famílias acampadas em todo o Brasil. Quantidades pequenas diante da realidade das mais de 4,5 milhões de famílias sem-terra existentes no país, mas significativas, dado o formato histórico da questão agrária entre nós, e a dignidade humana construída mediante tais números. O MST já registra em sua história áreas conquistadas do latifúndio que se tornaram lugares de vida e de trabalho para muitas famílias, e de produção de alimentos para mais outras tantas; hoje são 81 cooperativas de trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra, 45 unidades agroindustriais e, o principal, a eliminação da fome e a redução drástica dos índices de mortalidade infantil nos assentamentos espalhados pelo Brasil inteiro. (CALDART, 2000, p.1)

Atualmente o MST envolve cerca de meio milhão de famílias (o dobro de integrantes se considerarmos o ano 2000) entre assentamentos conquistados e acampamentos em luta pela terra (KULESZA, 2008).

Para Antunes (2009) a importância e peso do MST decorrem de questões: direcionam suas ações para os trabalhadores do campo; incorporam os trabalhadores da cidade; formam militantes dentro de um

ideário e da práxis de inspiração marxista e, com isso, trazem dinâmica, vitalidade e movimento para trabalhadores que vislumbram uma vida cotidiana dotada de sentidos.

Mais especificamente poderíamos afirmar que a atuação do MST é voltada para as ações do movimento social dos trabalhadores do campo e não para a ação institucional ou parlamentar; essa última sendo conseqüência da primeira. Tem incorporado os trabalhadores excluídos da cidade, que retornam para o campo (nessa inversão do fluxo migratório no Brasil), expulsos pela modernização produtiva” das indústrias, resultando numa síntese que aglutina e articula experiências e formas de sociabilidade oriundas do mundo do trabalho rural e urbano (ANTUNES, 2009).

Esse movimento social se constituiu com a fusão da experiência da esquerda católica, vinculada à Teologia da Libertação e às comunidades eclesiais de base, com militantes formados ideologicamente dentro do ideário e da práxis de inspiração marxista, retomando as duas vertentes mais importantes das lutas sociais recentes no Brasil. Consolidando-se numa ampla estruturação nacional, com forte base social que lhe dá dinâmica, vitalidade e movimento. Outra característica que vale ressaltar, é que, integrados ao Movimento os trabalhadores, os camponeses podem vislumbrar uma vida cotidiana dotada de sentido, na medida em que o MST lhes permite lutar por algo muito concreto, que é ter a posse da terra através da ação e da resistência coletivas. Isso fortalece e consolida o movimento na luta contra a brutal exclusão social do país (ANTUNES, 2009).

Antunes (2009, p. 244-245) ainda resalta que:

[...] quanto maior sua importância, quanto maior forem seus laços com os trabalhadores urbanos, mais sua experiência ajudará na retomada das lutas sindicais de classe no Brasil. E o fato do MST ter como eixo de sua ação as lutas sociais concretas, tem sido decisivo como fonte de inspiração também para a esquerda sindical, para que estes setores não

se vejam envolvidos no ideário das parcerias, ideologicamente subordinado ao capital, mas atuem diretamente, enquanto um movimento sindical, social e político capaz de participar da construção de uma sociedade para além do capital.

Para tanto, o MST, que é principal instituição apoiadora da Via Campesina, reivindica que o governo execute e conceba seu Projeto de Reforma Agrária e também que promova as condições necessárias às famílias camponesas para produção e condições adequadas para a vida no meio rural como escolas, espaços recreativos, saneamento e tantos outros benefícios e direitos para a promoção da vida na coletividade. Haja vista que a distribuição de terras almejadas pelos trabalhadores rurais são também estratégias para dirimir problemas de ordem estrutural como o desemprego no campo, propriedade improdutiva, latifúndio que individualiza o que deve ser coletivo, propriedades que não cumprem suas funções sociais, etc. (FRANCIOSI, 2001).

Como movimento sociopolítico, as bases de atuação do MST se constituem a partir do questionamento da ordem política hegemônica, que reproduz a desigualdade gerada pelo desenvolvimento capitalista no país. Busca também uma inserção no mundo produtivo e do trabalho por meio de ações que possibilitem, a partir dos assentamentos, a formação de cooperativas, o incentivo à produção de agricultura familiar e o fortalecimento de pequenos núcleos de produção agrícola, sempre de modo auto-sustentável. Para tal, torna-se necessária a criação de condições de inserção na lógica da produção com o devido acesso aos meios de produção, tais como, máquinas, equipamentos, condições de financiamento da produção, sementes, insumos básicos, tecnologias disponíveis, etc.

Através de uma agricultura de base familiar seu objetivo é desenvolver nos assentamentos um modelo de produção de caráter

cooperativo e agroecológico, garantindo a subsistência dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, construindo um modo alternativo de produção. Nessa direção a luta do MST adquire um significado construtivo para toda a sociedade já que propõem uma alternativa ecologicamente correta para a organização da produção agropecuária e uma proposta de atuação educacional, que envolvem crianças, jovens e adultos, ancorada à realidade e aos saberes da cultura camponesa (KULESZA, 2008).

Segundo Marques (2008, pág.65) os assentamentos rurais do MST têm se constituído como o “lugar” onde se dá um complexo e sofisticado processo de (re)construção do “território camponês”.

Além disso, o movimento também possui outros aspectos, tais como:

“o político (a reforma agrária) articula-se com o benefício pessoal e familiar concreto (a ocupação da terra e a conquista de um lote). O utópico (o socialismo) é vivenciado em atividades coletivas (assentamentos e cooperativas). O ético (a militância e as marchas) encontra motivação no estético (os símbolos, como a bandeira, as músicas, as romarias, o ritual – a ‘mística’ – dos encontros. (Frei Betto apud KULESZA, 2008 p. 299)”.

A sua identidade historicamente construída: Sem Terra (um novo vocábulo e uma nova categoria de classe trabalhadora) que passou a dar forma organizativa ao próprio movimento. Pois o substantivo sem-terra (com hífen) mudou de forma e se tornou sujeito, Sem Terra. Para Bogo (2005) mais do que uma condição social, é uma referência política, social, cultural. Inicialmente é um substantivo composto que designa a condição social de alguém que vive do trabalho agrícola e tem aptidão para o mesmo, mas não possui a sua própria terra.

Caldart (2000) destaca duas dimensões fundamentais para compreender o processo de formação do integrantes do MST. A primeira se refere a vinculação de cada família Sem Terra à trajetória histórica do

Movimento e da luta pela terra e pela Reforma Agrária, se constituindo como sujeito desta história. E a segunda se inscreve nas vivências coletivas que conformam seu jeito de ser, sua humanidade em movimento.

Nesse mesmo sentido podemos situar os Sem Terrinhas, construção histórica da categoria crianças Sem Terra, ou Sem Terrinha, que não distinguindo filhos e filhas de famílias acampadas ou assentadas, projeta não uma condição, mas um sujeito social, um nome próprio a ser herdado e honrado. Esta identidade fica mais forte à medida que se materializa em um modo de vida, ou seja, que se constitui como cultura, e que projeta transformações no jeito de ser da sociedade atual e nos valores que a sustentam (CALDART, 2000).

Essa organização de crianças e jovens auto-identificados como os Sem Terrinhas originou-se da experiência das mobilizações em torno de temas de natureza sociocultural, geralmente paralelos ou complementares às atividades escolares. No dia 12 de outubro, quando se comemora no Brasil o Dia da Criança, o MST comemora a data com atividades alternativas à mera entrega de presentes, promove encontros regionais e estaduais com crianças e jovens para, além de festejar, discutir e encaminhar as reivindicações do movimento, que entre elas estão a luta pela educação integral (KULESZA, 2008).

A partir da análise de jornais e de alguns materiais didáticos sobre a infância e adolescência no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra verifica-se que a valorização desse momento e a busca de ambientes que gerem experiências intelectuais e práticas. Investe-se também numa educação que desenvolva ações coletivas, e afirma-se a necessidade de auto-organização por parte das crianças. Ensinam-se as crianças e os adolescentes a cuidar do corpo e da saúde, a expressar e cultivar os afetos a cada gesto. Sobretudo a infância é entendida como um direito, mas um direito conquistado na luta, sendo que a luta pela terra é vista,

contraditoriamente, como meio para garantir a infância (CORSO e PIETROBON, 2009).

As autoras citadas acima destacam a questão do trabalho no Caderno de Formação nº 18 do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, publicado em 1993: “As crianças vão aprendendo a planejar e a avaliar cada passo que vão dar no estudo e no trabalho. (...) uma escola que incentiva e fortalece os valores do trabalho, da solidariedade, do companheirismo, da responsabilidade e do amor à causa do povo” (CORSO e PIETROBON, 2009, p.1198).

A atuação educacional do MST em escolas, cursos técnicos e superiores consistem em também em espaços de diálogo acerca da cultura camponesa, da solidariedade e de conscientização para o trabalho e a militância vinculada aos princípios da luta pela terra. Nesse contexto as crianças e adolescentes participam ativamente das atividades do movimento, seja nos ambientes escolares realizando atividades vinculadas a experiências intelectuais e práticas, como o cultivo da horta na escola, estímulo a ações coletivas e de auto-organização por parte das crianças (CORSO & PIETROBON, 2009), seja em mobilizações e eventos.

5. Percepções de Infância e Adolescência no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra: questões para a saúde coletiva.

É no campo das relações sociais que crianças e adolescentes crescem e se constituem como sujeitos. Nesses movimentos descobrem o mundo através da fantasia, da arte, da linguagem, dos cuidados de si e do outro e também pelas experiências do afeto e do desafeto, do respeito e da agressão, do prêmio e do castigo. Ou seja, descobrem o mundo através da própria existência, na polifonia sócio-cultural e histórica da sua realidade (FURLANETTO, 2011).

Além disso, infância e adolescência são noções dos sujeitos numa fase da vida que diferenciam em diversos contextos, momentos históricos e territórios. Para conhecer esses entendimentos é essencial considerar os aspectos subjetivos e coletivos das socializações, as peculiaridades existentes entre as mais diversas regiões do país, os territórios rurais e urbanos, as diferenças de gênero, etnia e estratos sociais.

Vale destacar as singularidades expressas no cotidiano e vida das famílias camponesas vinculados à produção rural. A instituição das famílias camponesas se constitui como unidade afetiva e uma equipe de trabalho na medida em que a socialização primária acontece na família, o trabalho é entendido como condição de reprodução da vida física e simbólica no seu dia a dia. O papel dos pais no exercício do trabalho reveste-se de uma função pedagógica indispensável, como um dever essencial que possuem para com os seus filhos (CALDART, PALUDO, DOLL, 2006).

Nessas relações crianças e adolescentes participam do processo de organização das atividades e produção, uma vez que, por iniciativa de seus pais ou espontaneamente, integram-se nas tarefas diárias, como atividades domésticas e agrícolas, e é entendido como ajuda e, ao mesmo tempo, aprendizado.

Essas especificidades relacionadas ao saber do camponês emergem do conhecimento técnico para construir a lavoura; este saber está pautado numa forma de percepção da natureza e do homem, com dimensões simbólicas a partir das quais o trabalhador constrói sentidos sociais e de gênero para além do espaço agrícola. Desta maneira, o processo de trabalho ocorre em articulação das forças produtivas com as relações sociais de produção da pequena propriedade agrária. A transmissão de saber ocorre no próprio processo de trabalho e essa transmissão envolve, além das técnicas, valores e construção de papéis, dentre outros aspectos. O domínio desse saber, ou seja, do “saber trabalhar” está relacionado a ritos de passagem, que para o camponês é o que torna o homem um adulto pleno, capaz de criar sua própria família (BRANDÃO, 1999).

As famílias camponesas se constituem a partir de raízes próprias e se relacionam de modo particular com diversos atores e instituições da sociedade, seja a comunidade, a igreja, a escola, os movimentos sociais, entre outros (CALDART, PALUDO, DOLL, 2006). Nessas relações, ações e vivências junto a diferentes sujeitos e aspectos da vida cotidiana em que estão inseridas, as crianças e jovem elaboram conceitos, atitudes, valores, comportamentos, aprendendo sobre si, a vida e o mundo que as rodeia (BRANDÃO, 1999).

Tendo em vista as questões assinaladas acima, esse estudo trata da compreensão da infância e adolescência na literatura sobre os assentamentos rurais do MST e dos seus sentidos (sociais e culturais) acerca do processo saúde e trabalho. Considerando as diversas construções histórico-sociais da noção de infância e de adolescência e seus desdobramentos que desvelam saberes nas esferas científicas, políticas, econômicas e artísticas, construindo e desconstruindo imagens; a diversidade das condições de vida das crianças brasileiras e suas múltiplas realidades na atual sociedade.

Identificamos quatro tendências de estudos relacionados à área, a saber: análises comparativas entre infância e adolescência do/no meio rural e urbano; concepções de saúde relacionadas ao MST; políticas, práticas pedagógicas e especificidades da educação do campo; vivência da infância e adolescência do/no MST.

5.1 - Análises comparativas entre infâncias e adolescências do/no meio rural e urbano

Identificamos inicialmente algumas pesquisas que tratavam sobre “**A infância e a adolescência como um direito**”, e todas relacionam as construções conceituais de infância ao longo do tempo histórico, considerando as condições objetivas de vida nas quais a criança está inserida. Relacionam as percepções de infância “sem valor” e infância “de direito” (FURLANETTO, 2011).

Santos e Chaves (2010) pesquisaram o entendimento e reconhecimento das crianças sobre alguns dos seus direitos, identificando quais conhecimentos sobre esses direitos são compartilhados e quais os significados de infância que esses compartilhamentos indicam, no estudo denominado “**Reconhecimento de direitos e significados de infância entre crianças**”.

Nesse estudo comparativo, orientado pela Psicologia Sócio-Histórica, entrevistou vinte e uma crianças, com idade entre nove e onze anos. Sete crianças eram estudantes de uma escola particular urbana, sete, de uma escola pública urbana e as outras sete, de uma escola pública rural.

Os autores analisaram os direitos das crianças sob o ponto de vista das próprias crianças, a partir de entrevistas e imagens impressas, todas

com base nos artigos 4º, 5º, 7º e 15, 16, 17, 18, 53, 60³ do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nesse estudo os direitos mais reconhecidos pelas crianças foram referentes à alimentação, à educação e ao brincar, que são direitos entrelaçados a significados de infância mais amplamente compartilhados.

Quanto à proibição do trabalho infantil quatro crianças (sendo uma da escola particular, uma da escola pública urbana e duas da escola pública rural), ao invés de reconhecerem a proibição do trabalho, expressam a presunção do direito de trabalhar. Para a criança da escola particular, há uma restrição: “não pode fazer trabalho pesado, mas trabalho leve pode”. Uma das crianças da escola pública rural indica o trabalho como uma possibilidade de “ajudar” a mãe ou o pai e a outra condiciona esse direito a uma autorização, restringindo-o a alguns a quem “o pai e a mãe deixam” trabalhar. Portanto, essas crianças da área rural situam a problemática no mundo da casa, como algo dependente das necessidades e desígnios familiares.

Entre as crianças que reconhecem a proibição do trabalho, aquelas da escola pública rural justificam esse reconhecimento afirmando que “direito de trabalhar só quando crescer”. Essas crianças focalizam prioritariamente o

³ Art. 4º - sintetiza os direitos fundamentais (relativos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária) e atribui responsabilidade à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao poder público pela sua efetivação, assegurando-a como absoluta prioridade; Art. 5º - condena qualquer atentado aos direitos fundamentais da criança e do adolescente (discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão) e prevê punição na forma da lei; Art. 7º - especifica o direito à proteção à vida e à saúde, relacionando-o ao nascimento e ao desenvolvimento sadio e harmonioso e a condições dignas de existência; Art. 15 – focaliza o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; Art. 16 – caracteriza o direito à liberdade, relacionando-o a: ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários (ressalvadas as restrições legais); opinião e expressão; crença e culto religioso; brincar, praticar esportes e divertir-se; participar da vida familiar e comunitária (sem discriminação); participar da vida política (na forma da lei); buscar refúgio, auxílio e orientação; Art. 17 – caracteriza o direito ao respeito como inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, o que inclui a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais; Art. 18 – caracteriza o direito à dignidade como isenção a qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor; Art. 53 – afirma o direito à educação e sua estreita relação com o pleno desenvolvimento pessoal e com o preparo para o exercício da cidadania e para a qualificação ao trabalho; Art. 60 – proíbe qualquer trabalho aos menores de catorze anos de idade, exceto na condição de aprendiz.

desenvolvimento físico como pré-requisito para o direito de trabalhar. Uma das crianças da escola particular também protela esse direito para a idade adulta, simplesmente, mas outras quatro apresentam um compartilhamento divergente, preferem apontar o que deve ser feito em lugar do trabalho: “direito de brincar, estudar, ir pra escola”. Para essas crianças, o trabalho deve ser precedido por um período de atividades preparatórias, realizadas na escola. Somente duas alternativas configuram-se como viáveis: o trabalho, ainda na infância, como ajuda na faina familiar ou o trabalho como efetiva inserção no mundo adulto.

No artigo **“Percepções e experiências de participação cidadã de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro”**, as autoras Rizzini, Thapliyal e Pereira (2007) relatam uma pesquisa desenvolvida com crianças e adolescentes sobre suas percepções e experiências de participação, cidadania, direitos e responsabilidades. O estudo foi conduzido em escolas públicas e privadas na cidade do Rio de Janeiro, e realizado com crianças e adolescentes em situação de rua e do Movimento Sem-Terra (MST).

No respectivo estudo foi relatado que algumas crianças de escolas particulares achavam que os que não trabalham não possuem uma casa própria ou renda, não poderiam ser considerados cidadãos.

Nesse estudo a idéia de ter uma casa, ou um lugar para morar é um ponto de especial importância para as crianças do Movimento Sem-Terra. Essas crianças vêm-se como parte de uma comunidade que “está unida em prol de um objetivo único” (adolescentes do MST). No entanto, eles estão constantemente submetidos a brincadeiras ou provocações de colegas de turma por não terem uma casa.

Vale destacar que as crianças e adolescentes lidam com diferenças sociais de formas tão contraditórias e complicadas quanto os adultos. Esta pesquisa revela as diversas maneiras pelas quais eles internalizam e reproduzem a discriminação e o preconceito.

A pesquisa denominada **“O Ter e o Ser: Representações Sociais da Adolescência entre Adolescentes de Inserção Urbana e Rural”** fundamentando na Teoria das Representações Sociais. Este trabalho analisa como adolescentes de diferentes inserções sociais representam a adolescência e dão sentido ao período em que vivem. A pesquisa contou com a participação de 360 adolescentes entre as idades de 14 e 23 anos: 180 (90 do sexo feminino e 90 do sexo masculino) residentes em região urbana, estudantes de escola particular, localizada em bairro considerado de classe média alta e alta, e 180 (90 do sexo feminino e 90 do sexo masculino) residentes em uma região rural e que estudam em escola agrotécnica pública.

Os resultados indicaram que a adolescência para os dois grupos está ancorada na percepção tradicional da adolescência como fase universal e transitória. Ocorre, entretanto, uma diferenciação de acordo com os elementos culturais presentes nos grupos. Dessa forma, verificamos formas diferentes de vivenciar a adolescência, corroborando assim, a tendência mais recente que propõe a adolescência como uma condição construída historicamente.

Os autores destacam a pluralidade da adolescência: para os adolescentes da zona rural, a adolescência é um tanto diferente da experienciada pelos adolescentes da zona urbana.

Vale destacar as pontuações de Margarida Moura que relaciona o modo de vida camponês com o trabalho de crianças e adolescentes. Para a autora, no modo de vida camponês o trabalho familiar caracteriza seu vínculo social com a terra. Nuclear ou extensa, a família camponesa se envolve nas diversas tarefas produtivas, visando à reprodução física e social deste grupo de pessoas. O mesmo pode-se dar com o trabalho infantil. Ele está presente na ajuda às tarefas domésticas e às propriamente agrícolas. Se comparada à participação ativa de uma criança camponesa, em tarefas que demandam esforço, atenção e responsabilidade, com a de uma criança da

cidade nascida numa família de classe média, são notáveis as diferenças tanto no que se refere à idade em que são iniciadas as tarefas que demandam esses predicados, quanto ao volume de trabalho a ela atribuída (MOURA, 1988).

Na obra “O trabalho de saber” Brandão (1999) aponta consciência da importância da escola e das suas contradições que nascem mediadas pelo significado do trabalho para a sociedade camponesa. As maiorias das famílias sabem que, para sua vida futura, os filhos necessitam, cada vez mais, do saber escolar. No entanto, “desde muito cedo o trabalho, ao qual a escola deveria servir, concorre com o próprio direito de converter o estudo numa espécie de trabalho preferencial da criança, do adolescente e do jovem, pelo tempo necessário”.

Questiona: “por que tantas crianças nunca vão à escola? Por que outras não ultrapassam os limites de uma alfabetização rudimentar?” e acrescenta “qual o efeito da falta crônica de uma mesa na casa, nas condições pessoais de estudo da criança pobre?”. Nesses espaços domésticos afirma que, não raro, nas moradias rústicas, cadernos, livros e outros instrumentos da cultura letrada disputam espaços com os objetos de trabalho, pois “na família camponesa tradicional dos bairros do sertão esses são objetos estranhos que pouco ou nada têm a ver com os de sua própria cultura” (BRANDÃO, 1999).

A relação entre trabalho infantil e meio rural também foi apontado na pesquisa “**O Tempo das Crianças**”, de NERI e COSTA (2002), uma análise comparativa dos indicadores sociais das crianças relacionados aos determinantes micro e macroeconômicos da repetência escolar, evasão escolar e do trabalho infantil no Brasil.

Os autores descrevem, a partir dos dados da PNAD, uma visão e análise da alocação do tempo das crianças em termos nacionais permitindo diferenciar situações rurais das urbanas: nas áreas rurais, 36% crianças

entre 10-14 anos de idade no Brasil estavam trabalhando contra 8% nas áreas urbanas. Em média durante as duas últimas décadas houve aproximadamente duas vezes mais meninos trabalhando do que meninas. Noventa por cento dos indivíduos provenientes de famílias pobres não terminaram o 2º grau e 74% não completaram a 4ª série. 45% dos pobres possuem menos de 16 anos de idade. Enquanto as taxas de matrícula são altas no Brasil, o nível educacional atingido progride lentamente devido a frequência escolar irregular e as altas taxas de repetência (13%) e abandono escolar (8.9 %). Ainda de acordo com a PNAD, 15% de todas as crianças nesta faixa etária estavam trabalhando – houve uma queda de 2 pontos de porcentagem desde 1995.

Destacam também questões relacionadas ao retorno da escolaridade e a necessidade do estado intervir no tempo das crianças. Para NERI e COSTA (2002) o número de anos dentro da escola interfere diretamente sobre indicadores como crescimento econômico, mortalidade infantil, longevidade entre outros.

Ainda com relação a categoria análise comparativas entre infância e adolescência do/no meio rural e urbano pudemos identificar alguns autores que relacionam o processo saúde, doença e trabalho infanto-juvenil.

Consideram e reconhecem o trabalho infantil e o trabalho perigoso e insalubre do adolescente como um problema de saúde coletiva, pois causam prejuízos no crescimento e desenvolvimento; sobrecarga física; sofrimento psíquico, e podem afetar o seu desenvolvimento emocional, cognitivo e social.

Os artigos **“Trabalho de crianças e adolescentes: os desafios da intersectorialidade e o papel do Sistema Único de Saúde”** e **“Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva”** apontam para a importância da rede intersectorial para promover a saúde de crianças e adolescentes economicamente ativos e os altos índices de

trabalho infanto-juvenil no meio rural (NOBRE, 2003 e MINAYO-GOMEZ, MEIRELLES, 1997).

Consideram e relacionam o trabalho infantil, os impactos a saúde coletiva as questões de ordem estrutural, que incidem sobre a vida das famílias, no contexto histórico-econômico e social. Pontuam questões como: o reflexo da precariedade das relações de trabalho; os altos índices de desemprego; a falta de uma política educacional integral; a concentração de renda; as dimensões de ordem simbólica cultural e ideológica, como o papel que a sociedade atribui ao trabalho, e a incipiente atuação e percepção do Sistema Único de Saúde (SUS) a respeito dessas questões.

Nesse sentido vale ressaltar a importância de compreendermos a saúde como um conjunto de condições criadas coletivamente, que permitem a continuidade da própria sociedade. Ou seja, as condições de alimentação, de educação, de lazer, de trabalho, de participação social, etc. que permite a um conjunto social produzir e reproduzir-se de modo saudável (BOCK, 2008).

5.2 - Concepções de saúde relacionadas ao MST

Antes de apresentar os resultados nessa segunda tendência vale ressaltar “Princípios e Valores da Saúde no MST”, divulgado pelo Coletivo Nacional de Saúde (MST, 2007, p. 4):

1. Luta pela valorização da vida e pela saúde. Fundamental fomentar a solidariedade, o compromisso com a vida, o cuidado com o outro e a outra e com o ambiente.

2. Saúde como uma conquista de luta popular: Potencializar a organização de homens e mulheres do campo e da cidade a fim de desencadear processos de elevação da consciência, da autonomia e da luta popular, tendo como objetivo a produção e conquista de uma vida com dignidade.

3. Saúde como direito: A saúde é compreendida como um direito e é papel do Estado cumprir e executar as políticas de saúde estabelecidas. Essas conquistas, fruto de mobilização e participação popular, devem garantir o acesso aos serviços públicos de saúde.

4. Lutar pela consolidação de Políticas Públicas em Saúde: Manter a organização do movimento juntamente com os movimentos populares e articulações que garantam as políticas públicas de saúde, fortalecendo o SUS como elemento essencial para o atendimento das necessidades da população em geral e as especificidades do campo. Garantir a conscientização, estando em luta, no sentido de compreender a conquista de saúde como conquista de qualidade de vida em todos os níveis: saneamento, moradia, lazer, esporte, produção, etc.

5. Respeito às diferenças: Superação das desigualdades nas relações de poder, valorizando e respeitando as diferentes gerações, culturas, raças e etnias, expressões da sexualidade, das novas relações de gênero, de características regionais e de religião.

6. Fortalecimento das práticas e saberes populares em saúde: Fortalecer e valorizar as práticas e saberes de saúde do campo e da cidade como instrumentos legítimos e eficazes da promoção de saúde e processos de cuidado.

7. Educação permanente em saúde: Continuar o trabalho de educação em saúde em todos os setores e instâncias do movimento, a fim de garantir e aprofundar o trabalho de promoção e atenção em saúde, prevenção de enfermidades, das pessoas e ambientes.

8. Socializar os conhecimentos e as informações: É fundamental socializar os conhecimentos adquiridos e produzidos a fim de defender a vida com saúde e qualidade. Garantindo que os conhecimentos às tecnologias e às ferramentas de produção estejam sob a apropriação e controle da classe trabalhadora.

As questões pontuadas acima são de extrema relevância e denotam a iniciativa do MST na valorização da saúde relacionadas a praticas mais amplas e baseados na medicina popular, nas ações de promoção da saúde contrapondo ao modelo de saúde biomédico e hospitalocêntrico.

Vale destacar também que a maioria das pesquisas há relatos da precariedade dos assentamentos/ acampamentos do MST. Nessa ótica entendemos que a saúde dos indivíduos e do coletivo está diretamente ligada às condições materiais de vida, pois a miséria material (caracterizado pela fome, condições precárias de habitação, desemprego, analfabetismo, altas taxas de mortalidade infantil entre outros aspectos) torna-se a principal condição que prejudica o desenvolvimento das pessoas (BOCK, 2008).

Entendemos que o MST promove a saúde no sentido de que seus integrantes, mesmo vivendo sob as precárias condições de vida lutam por condições dignas de existência para si e para os outros a partir do engajamento e pertencimento ao coletivo enfrentando preconceitos e desigualdades.

A luta produz saúde como se destaca na frase de um Sem Terra do Assentamento Ireno Alves, MST, antiga Fazenda Giacometti, Paraná, Brasil: “Quando ocupamos aquela terra, paramos de morrer ...”, transformada em epigrafe do artigo “**O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**” de Caldart (2001). Ou nas palavras da própria autora “[...] a natureza da luta pela terra, que mistura a

luta pelo direito ao trabalho diretamente com a vida que a própria terra simboliza, parece predispor para esta sensibilidade” (p. 210).

Com relação aos artigos selecionados encontramos a pesquisa de Fontoura Junior et al. (2011) sobre **as relações de saúde e trabalho em assentamento rural do MST na região de fronteira Brasil-Paraguai**. Foram analisados as relações entre saúde e trabalho de pequenos produtores rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Considerado um dos maiores territórios de reforma agrária do país, o assentamento em questão é conhecido como ‘Fazenda Itamaraty’. Trata-se de uma área com 50 mil hectares de terra onde estão assentadas 1.145 famílias indicadas por quatro movimentos sociais, dentre eles o MST.

Com base nas falas dos trabalhadores, os autores observaram o sentido de trabalho associado ao de liberdade, apresentaram uma noção de trabalho que se contrapõe a um modelo de trabalho característico de uma sociedade de mercado. Foram também identificados acidentes e riscos relacionados à atividade de trabalho no assentamento rural, principalmente a exposição ao agrotóxico.

Com relação a infância e a adolescência e a sua relação com a saúde e trabalho os pesquisadores destacaram o trabalho infantil doméstico como algo que se tornou parte da rotina do trabalho rural.

“É comum que meninas, muito cedo, tomem conta da casa ou cuidem de seus irmãos menores. É imposta às mulheres a responsabilidade precoce pelos ambientes domésticos. Por sua vez, aos meninos cabe a responsabilidade antecipada de trabalho na fazenda, onde aprendem o trabalho com os mais velhos.” (FONTOURA JUNIOR et al., 2011, p. 381)

Os autores também destacam que, pelos relatos dos trabalhadores, há trabalho infantil no espaço doméstico e na lavoura do assentamento. Registraram relatos daqueles que, tendo seus pais no movimento de luta pela reforma agrária, se ressentiam da ausência desses em casa, o que inclusive levou-os a assumir, ainda muito cedo, responsabilidades familiares.

Conforme relatado anteriormente há uma construção de identidade coletiva e de uma cultura de infância em relação à condição de sem-terra. Os autores desse artigo também pontuam e citam outros estudos que relacionam os discursos e as práticas de crianças do MST não apenas mostram a importância do pertencimento a um movimento social organizado na estruturação de sua identidade, mas também indicam que a luta vai se apresentando como uma vivência educativa total (FONTOURA JUNIOR et al., 2011).

Outro aspecto que interessa a esse trabalho, apontado no artigo, é a percepção de que, no MST, a educação é expressão de todas essas dinâmicas construídas coletivamente, ou seja, ela é constituída pelas relações sociais, mas é também constituinte. Isso significa dizer que o processo educativo vivido instrumentaliza os trabalhadores para o seu trabalho, para a cooperação, para as lutas em conjunto, ao partido político, à militância ecológica e às mulheres acampadas e assentadas (FONTOURA JUNIOR et al., 2011).

Nosso estudo também identificou algumas pesquisas epidemiológicas de saúde nutricional das crianças do MST, como os artigos: **“Estado nutricional de crianças menores de dez anos residentes em invasão do Movimento dos Sem-Terra, Porto Calvo, Alagoas”** e o **“Prevalência e distribuição espacial de parasitoses intestinais em assentamento agrícola na Amazônia rural, Acre, Brasil”** (FERREIRA, 1997, SOUZA, 2007). Esses artigos pontuam também questões relacionadas a situação de

pobreza, precariedade das condições de saneamento, pouco acesso aos serviços de saúde.

A pesquisa **“Crianças de um acampamento do MST: propostas para um projeto de educação infantil”**, realizada por Sodré (2005) ratifica a questão da precariedade dos acampamentos e também relaciona as questões de saúde. Para atender a demanda de construção de um espaço educacional a pesquisadora realizou um estudo com 23 crianças de quatro a seis anos, de um acampamento do MST, organizando primeiro um espaço de educação infantil em fase de planejamento, através de desenhos e de explicações/descrições.

As crianças preocuparam-se com os aspectos construtivos do projeto e, provavelmente, em função disto indicaram os seguintes elementos: telha, tijolo, lajota, lâmpada, banheiro, parede, calçada, torneira e janela. A autora destaca que no conjunto das solicitações, chama a atenção o fato de que parede e janela foram os mais citados. Ressalta que há oito anos as famílias dessas crianças vivem em barracas de plástico preto e taipa. Posteriormente destacaram os elementos de diversão e brinquedos e atividades ou materiais pedagógicos (SODRÉ, 2005).

Nesse sentido a discussão relacionada à cultura camponesa, à experiência da infância e adolescência e aos espaços de socialização como a escola rural é de grande importância para refletirmos e analisarmos criticamente a importância de promover espaços lúdicos de aprendizagem e de socialização, para que esse momento da vida possa ser o mais pleno de significados, esperanças e projetos possíveis.

5.3 - Políticas, práticas pedagógicas e especificidades da educação do campo.

A educação do campo tem conquistado lugar na agenda política nas instâncias municipal, estadual e federal nos últimos anos. Fruto das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, a educação do campo expressa uma nova concepção quanto ao campo, o camponês ou o trabalhador rural, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em torno da educação. Em contraponto à visão de camponês e de rural como sinônimo de arcaico e atrasado, a concepção de educação do campo valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável (SOUZA, 2007).

Os movimentos sociais, expressivamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), nos últimos anos vem exigindo do Estado iniciativas no âmbito da oferta de educação pública e da formação de profissionais para trabalhar nas escolas localizadas no campo. Atualmente Secretarias Municipais e Estaduais de Educação têm organizado eventos de formação continuada de professores e seminários objetivando a discussão/ construção de políticas públicas da educação do campo (SOUZA, 2008).

Também, as experiências do tipo parcerias, entre movimentos sociais, governos e universidades, vêm sendo desenvolvidas no Brasil objetivando a formação de professores. Nesse sentido o MST valoriza a educação no campo para os “Sem Terrinha”.

Kulesza (2008) afirma no artigo **“Reforma agrária e educação ambiental”** que a atuação educacional do MST está fortemente ancorada na realidade dos trabalhadores do campo e se desenvolve a partir da proposta

da Pedagogia Dialógica de Paulo Freire. Nesse caminho, a perspectiva de educação promulgada pelo Movimento valoriza os saberes da cultura camponesa e de sua agricultura de base familiar, coletiva e sustentável. O processo educativo tradicional também é questionado na sua estrutura e funcionamento, pois resgata os princípios e valores da realidade campesina assim como as virtualidades educativas das classes multisseriadas: a ação pedagógica deve buscar transformar as estruturas, processos escolares e a própria função da escola (KULESZA, 2008).

O autor citado acima ressalta que a participação de crianças na luta pela reforma agrária nasce junto com o MST. Na história do Movimento há uma série de relatos sobre a importância da presença e do comportamento das crianças em momentos decisivos da luta pela terra. Inicialmente a questão mais premente que se apresentava era cuidar das crianças pequenas enquanto suas mães e pais cuidavam da sobrevivência do acampamento. O rodízio improvisado de mulheres e homens para realizar essa tarefa acabou se transformando na organização de “cirandas”, como são chamadas as classes de educação infantil no MST. Baseada nos círculos infantis cubanos, a ciranda está associada aos princípios de igualdade e solidariedade, lembrando sempre jogos e brincadeiras, além das escolas citadas anteriormente.

A pesquisadora Maria Antônia de Souza no seu estudo sobre **“Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica”** (2008) contextualiza a inserção da educação do campo na agenda política, destacando o papel da sociedade civil organizada; apresenta características da prática pedagógica nas escolas localizadas nos assentamentos de reforma agrária no estado do Paraná; e descreve a produção acadêmica da pós-graduação em educação em relação ao tema educação e movimentos sociais do campo. A terceira parte resulta de uma pesquisa cujo objetivo é analisar o conteúdo das teses e dissertações que

discutiram educação e/ no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

A trajetória do MST, particularmente, na luta pela educação, expressa sinais e forças na conflituosa e contraditória relação com o Estado, na construção de uma política pública de educação do campo. O acúmulo de conhecimentos no movimento social fortalece o interesse público no embate com o interesse estatal. São conhecimentos que permitem questionar o modo de produção capitalista em suas contradições, bem como o lugar do Estado na estrutura capitalista; são conhecimentos e experiências educativas de mais de 20 anos que demonstram a necessidade e a possibilidade de transformar e criar processos de formação de profissionais da educação objetivando o interesse público, do povo trabalhador do campo (SOUZA, 2007). A autora também destaca a importância do MST na construção de uma política pública de educação do campo.

Em síntese, ainda que haja avanços quanto à inserção da educação do campo na agenda política, o grande desafio está na formação de professores e nas condições infra-estruturais das escolas do campo. A educação é mais um direito social que, quando garantido, propicia a ampliação da formação humana e da dignidade da pessoa. Diante dos determinantes estruturais e conjunturais da sociedade brasileira, não será a educação que permitirá aos povos do campo continuarem no campo, mas, sem dúvida, ela é um direito humano fundamental para que eles tenham dignidade e meios de lutar pelas condições básicas de vida, no lugar em que escolheram para viver (SOUZA, 2007).

5.4 - A vivência da infância e adolescência do/no MST.

A infância e a adolescência vivenciada no MST expressam a condição a condição infantil e lugar social da criança na cena contemporânea: a centralidade do brincar, a importância dos grupos de sociabilidade, a

inserção na escola. Mas também expressa a identidade geracional dos participantes de um movimento coletivo: a vivência em um acampamento, as experiências de enfrentamento e conflito, o estigma da identidade de Sem Terra na escola, a participação no Movimento das crianças Sem Terra, propiciadora de vivências às quais não teriam acesso, dada sua condição social (CORREIA et al. 2007).

Tendo em vista as questões acima relatadas a pesquisa “**Movimentos sociais e experiência geracional: a vivência da infância no Movimento dos Trabalhadores sem Terra**”, Correia et al. (2007) desenvolveu uma pesquisa etnográfica desenvolvida com crianças moradoras de um acampamento do Movimento dos Sem Terra, em Minas Gerais.

As autoras por meio de entrevistas com crianças pesquisaram os significados da vivência da infância no interior de um movimento social organizado. O estudo identificou com as crianças, em sua ação coletiva voltada para a atividade do brincar, buscavam interpretar sua experiência coletiva, lançando mão de elementos da cultura infantil, de forma a elaborarem os sentidos de suas vivências. Paralelamente, buscavam estabelecer relações com outros universos sociais, tais como a escola, de maneira a construir novos espaços de sociabilidade (CORREIA et al. 2007).

No relato da pesquisa o brincar apareceu como atividade ordenadora da experiência social na narração das histórias de vida e nas práticas cotidianas infantis. O repertório de brincadeiras coletivas constituía expressão do lugar social de participantes de um acampamento. As crianças por exemplo, brincavam de assembléia.

Vale mencionar que o jogo e a brincadeira estão na origem do pensamento, pois é através de processos como este que se torna possível ao indivíduo fazer a descoberta de si mesmo. É neles que se encontram a possibilidade de experienciar, criar, recriar e transformar o mundo. Nessa direção a ludicidade, apesar de ser vivenciada com maior intensidade na

infância e adolescência, é uma necessidade humana em qualquer fase da vida. O desenvolvimento da faculdade lúdica facilita os processos de comunicação, socialização, expressão e construção do conhecimento. Portanto valorizar jogos, brinquedos e brincadeiras é um fator imprescindível ao desenvolvimento do ser humano e a criança como sujeito participante do acontecer histórico (TEIXEIRA, 2011).

Segundo Correia et al. (2007) os discursos e práticas dessas crianças mostram não apenas a importância do pertencimento a um movimento social organizado na estruturação de sua identidade, mas também indicam algumas especificidades da vivência no campo e o aprendizado com o trabalho na terra, também destacado pelas crianças em seu discurso.

As autoras citadas acima também destacaram outro espaço de sociabilidade e aprendizado relatado pelas crianças: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI -, foi visto pelas crianças como espaço de brincar, de fazer artesanato, de freqüentar aulas de dança, natação, teatro, etc. Ao compararem os colegas do PETI com os colegas da escola, afirmavam que “lá os meninos gostam muito mais da gente”. Tal fala revela como o pertencimento à mesma camada social possibilitou uma convivência menos conflituosa, em comparação com os colegas da escola na cidade.

Foram também citados outros espaços próprios da luta do MST, propiciadores de uma experiência diferenciada da infância: encontros, assentamentos, visitas a outros acampamentos e marchas. Ao conhecerem um assentamento, estabeleceram comparação entre morar naquele espaço e morar no acampamento: “cada família tinha seu pedaço de terra, plantações, escolas, casas de alvenaria, no lugar dos barracos de lona. Assim, opuseram a precariedade de sua(s) vivência(s) e a estabilidade desejada” (CORREIA et al. 2007, p. 149).

As viagens realizadas pelos filhos de militantes também merece destaque, pois é uma experiência à qual não teriam acesso fora do Movimento e que lhes permitia conhecer outros universos sociais. “A construção da identidade daquelas crianças inscrevia-as num lugar social singular: de um lado, eram excluídas de uma série de benefícios, de outro, tinham vivências que seriam inacessíveis a sujeitos de sua classe social” (CORREIA et al. 2007, p. 153).

A partir de algumas pesquisas na página oficial do MST e pelos estudos acima relatados podemos afirmar que a infância e a adolescência ocupam um lugar de destaque nas atividades no MST. No Paraná, por exemplo, no dia 12 de outubro de 2010, 4000 mil crianças Sem Terra de acampamentos e assentamentos reuniram-se no acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu com o lema: "Sem Terrinha: Por escola, terra e dignidade!".

No encontro, violeiros entoavam cações de luta camponesa: "A educação do campo/ do povo agricultor/ Precisa de uma enxada/ um lápis e um trator (...) Dessa história nós somos os sujeitos/ lutamos pela vida pelo que é de direito" (MST, 2011).

Nesse dia houve a distribuição de presentes e rodas de conversa sobre a importância de ser Sem Terrinha, a identidade com a luta, educação e o significado do Dia das Crianças no MST (muita luta, organização e brinquedos coletivos); estudos na revista Sem Terrinha, confecção de cartazes, cartas e grito de ordem. No final do encontro foram ao município de Ramilândia entregar a pauta de reivindicações ao Prefeito e a Secretaria de Educação.

No Jornal das Crianças Sem Terrinha, com tiragem para todo o território nacional desde 1 de outubro de 2007, na primeira página da primeira edição há um verdadeiro programa de luta por trazer:

“COM GRANDE ALEGRIA e honra que inauguramos nesta edição do Jornal Sem Terra, o jornal das Crianças Sem Terrinha. Com certeza é mais uma conquista de nós Sem Terrinha, das famílias Sem Terra, de todo o nosso MST e de todas as crianças filhas da classe trabalhadora. [...] Temos brincadeiras infantis, estudos, oficinas e outros textos e exercícios que servem para levarmos à nossa escola, à nossas rodas de amigos do assentamento ou acampamento. [...] Vamos crescer brincando. Vamos crescer lendo o nosso jornal! O nosso Jornal nasceu para continuar sempre vivo em nossas vidas daqui pra frente. Nasceu como fruto da nossa própria luta de crianças Sem Terrinha. Ele vem nos ajudar a aprender brincando, a conhecer o mundo que existe além da nossa sala de aula ou da nossa casa, e acima de tudo, nos motiva a continuar na luta, sendo crianças. Em nossas vidas estamos rodeados de amigos. E agora temos mais dois! Quem são eles? É a Rosa e o Natalino, nossos coleguinhas de luta por uma vida nova. Eles estão presentes nesta edição e continuarão nos acompanhando nas leituras e brincadeiras. Sejam bem vindos, Rosa e Natalino! Nossos pais, mães, militantes e dirigentes que fazem parte do MST conversaram muito, em todos os espaços e reuniões, a importância do cuidado com a infância na luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade. O movimento quer que continuemos sendo os Sem Terrinha do MST. E seremos! Por isso, vamos aproveitar bem o nosso jornal e manter as próximas edições, enviando notícias de nossos estudos, escolas, brincadeiras, jogos, danças, teatros, esportes e; das nossas lutas pelos direitos de todas as crianças do Brasil.” (MST, 2011b).

Atualmente o Jornal das Crianças Sem Terrinha está na sua trigésima terceira edição. Na edição do mês de junho destaca as festas de São João, as

músicas e as brincadeiras dessa época do ano e também de problemas que a cultura camponesa vem passando como a votação do Código Florestal e do uso indiscriminado do agrotóxico na agricultura e os problemas a saúde que eles podem causar.

Questões semelhantes a essa são apontadas no artigo: **“A Infância no MST: um estudo sobre as concepções de infância presentes no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra”** de Corso e Pietrobon (2009). As autoras realizaram uma pesquisa a análise documental do livro: “O que queremos com as escolas dos assentamentos”.

A criança é entendida como um sujeito ativo e crítico. O MST entende que na fase infantil a criança tem possibilidade de desenvolver o senso crítico, de se organizar e, inclusive, interferir no processo pedagógico da escola. Até porque não se quer uma escola tradicional nos assentamentos. A escola deve ser estruturada para ajudar a construir esse sujeito crítico.

A partir da análise do jornal e do artigo citado acima sobre a infância e adolescência no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra pudemos constatar que a infância é entendida como direito e a criança é vista como sujeito, não é passiva, é crítica; cujo desenvolvimento deve ocorrer em um ambiente que gere experiências intelectuais e práticas.

A infância é vista como um direito, mas um direito conquistado na luta, sendo que a luta pela terra é vista, contraditoriamente, como meio para garantir a infância. Nesses espaços de socialização estimula-se que as crianças e adolescentes aprendam a cuidar do corpo e da saúde e que expressem e cultivem os afetos a cada gesto. Investido também numa educação que desenvolva ações coletivas, e afirma a necessidade de auto-organização por parte das crianças, sendo um espaço que proporciona experiências intelectuais e práticas (CORSO e PIETROBON, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PRÓXIMOS PASSOS

Este estudo buscou identificar os entendimentos sobre a infância e adolescência no MST e situar a contribuição da saúde coletiva nessa relação a partir da análise dos artigos científicos.

Consideramos que o MST promove a saúde no sentido de que, seus integrantes, mesmo vivendo sob as precárias condições de vida lutam por condições dignas de existência para si e para os outros a partir do engajamento e pertencimento ao coletivo; enfrentando preconceitos e desigualdades, lutam por educação de qualidade e pelos vários sentidos de afirmação da vida.

Pelo que pudemos constatar o Movimento valoriza o momento e a vivência da infância e adolescência e seu aspectos dinâmicos; identificam e diferenciam a partir de sua identidade singular: Sem Terrinhas.

Entretanto nossa pesquisa não identificou estudos sobre infância e adolescência no meio rural sob a ótica da saúde coletiva, que consideravam as múltiplas experiências concretas das crianças, suas especificidades inscritas no universo simbólico do campesinato, seu pertencimento social e cultural no interior de um movimento social.

Devido à complexidade do tema, dos entendimentos e análise em curso, este trabalho ainda está em processo de elaboração. Pretendemos futuramente aprofundar esse estudo para captar as questões inscritas na infância e adolescência, relacionar às questões saúde, trabalho para somar às representações e práticas camponesas, no interior de um movimento social com a dimensão do MST.

Nosso próximo passo será uma pesquisa de campo para compreender os processos relacionados à percepção de infância e adolescência

relacionados aos seus sentidos (sociais e culturais) acerca do processo saúde e trabalho.

Essa pesquisa será desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Ciências (PGCM), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em parceria com o Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA), orientado pelo Professor Eduardo Navarro Stotz e pela Professora Mary Rangel na linha de pesquisa Informação e Educação em Saúde.

Realizaremos a pesquisa em um assentamento do MST no estado do Paraná, cuja atividade econômica é majoritariamente voltada para a agricultura e sua organização social e cultural é pautada pelas relações com a propriedade e com o *ethos* do camponês.

Aliado a isso o Paraná tem sido historicamente um dos estados onde mais aconteceram conflitos pela posse da terra e o número de acampamentos e assentamentos é bastante significativo, devido a estrutura agrária do Estado (MST, 2011a).

Atualmente existem aproximadamente 20 mil famílias assentadas e 5 mil famílias acampadas. Ao todo existem 300 assentamentos (no ano de 2001 eram 156); destes, apenas 100 têm escolas. Essas escolas encontram-se em situação precária e com pouca infra-estrutura, algumas são antigas, com 20 anos, são de madeira e não têm energia elétrica. Nos assentamentos sem escola, as crianças têm o direito à educação na cidade e necessitam de transporte escolar. Existem realidades distintas, com crianças que levam até 40 minutos para ir à escola e outras crianças levam até duas horas. Nesse contexto também alguns jovens precisam sair de casa e viver nas cidades para estudar. Por outro lado, a primeira universidade federal do MST será a chamada de Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), será instituída no assentamento Oito de Junho, em Laranjeiras do Sul, no Paraná (MST, 2011b).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre afirmação e negação do trabalho.** São Paulo, SP. Boitempo, 2009.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia.** 14 edição. São Paulo: Saraiva, 2008.

BOGO, Ademar. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).** In: MOTTA, Márcia (organizadora). **Dicionário da Terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural.** Edição revista. Porto Alegre: Sulina, 1999.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo.** *Estud. av.* [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 207-224. ISSN 0103-4014.

CALDART, Roseli Salete; PALUDO, Conceição; DOLL, Johannes (Organizadores). **Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores.** - Brasília: PRONERA : NEAD, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou camponês? : o protocampesinato negro nas Américas.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARTA CAPITAL. **Reforma Agrária:** Levantamentos revelam que os gastos com distribuição de terras caem a cada governo petista, enquanto a concentração se mantém como na ditadura. São Paulo: Revista Carta Capital - nº. 657, 2011.

CARVALHO, Tarcísio de. **Contestado**. In: MOTTA, Márcia (organizadora). Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.

CORSO, Rosane Frankiu; PIETROBON, Sandra Regina Gardacho. **A Infância no MST: um estudo sobre as concepções de infância presentes no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra**. IX Congresso de Educação. 26 a 29 de outubro de 2009. PUC-PR.

CORREIA, Luciana et al. **Movimentos sociais e experiência geracional: a vivência da infância no Movimento dos Trabalhadores sem Terra**. Educação em Revista. Belo Horizonte. n. 46. p. 143-166. dez. 2007

ESTEVES, Carlos Leandro. **Formoso e Trombas**. In: MOTTA, Márcia (organizadora). Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, S.H; et al. **Estado nutricional de crianças menores de dez anos residentes em invasão do “Movimento dos Sem-Terra”, Porto Calvo, Alagoas**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 13(1), p.137-139, jan-mar, 1997.

FONTOURA JUNIOR, Eduardo Espíndola et al. **Relações de saúde e trabalho em assentamento rural do MST na região de fronteira Brasil-Paraguai**. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, Nov. 2011.

FRANCIOSI, Ernesto Odilo. **Caracterização e situação dos assentamentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado do Paraná**. ANALECTA. Guarapuava, Paraná v. 2 no 1 p. 171-178 jan./jun. 2001.

FURLANETTO, Beatriz Helena. **Da infância sem valor à infância de direitos: diferentes construções conceituais de infância ao longo do tempo histórico.** Disponível no endereço eletrônico:

http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/892_632.pdf;

Acesso em 22/05/2011 [11h: 00min].

GERMER, Claus. **Trabalhadores: Reforma Agrária: Terra Partido nos anos 90.** publicado em 09/04/2006. Disponível no endereço eletrônico da Fundação Perseu Abramo:

[http://www2.fpa.org.br/conteudo/trabalhadores-reforma-agraria-terra-partido-nos-anos-90 /](http://www2.fpa.org.br/conteudo/trabalhadores-reforma-agraria-terra-partido-nos-anos-90/); Acesso em 09/11/2011 [19h: 00min].

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Disponível no endereço eletrônico do IBGE:

[http:// http://www.censo2010.ibge.gov.br/agsn/](http://www.censo2010.ibge.gov.br/agsn/); Acesso em 20/09/2011 [19h: 00min].

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Mapa do trabalho infanto-juvenil do Paraná.** Curitiba: IPARDES, 2007.

KASSOUF, Ana Lúcia. **A ameaça e o perigo à saúde imposto às crianças e jovens em determinados trabalhos.** In: Correa, Lélío; Vidotti, Tércio (coordenadores). Trabalho Infantil e Direitos Humanos. São Paulo: LTr, 2005.

KULESZA, Wojciech Andrzej. **Reforma agrária e educação ambiental.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília. v. 89, n. 222, p. 295-311, ago., 2008.

LIMA, Eli Napoleão de. **Canudos**. In: MOTTA, Márcia (organizadora). Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista NERA. Presidente Prudente. Ano 11, n. 12 pp.57-67, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política** – Livro 1: o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

MEDEIROS, Leonilde de. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. In: MOTTA, Márcia (organizadora). Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A dialética da estrutura e da história: Uma introdução**. Disponível no endereço eletrônico do Centro de Estudos Victor Meyer:

<http://www.centrovictormeyer.org.br/>; Acesso em 10/09/2011 [14h: 00min].

MINAYO-GOMEZ, Carlos; MEIRELLES, Zilah Vieira. **Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva**. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 13(Supl. 2):135-140, 1997

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **Encontro Sem Terrinha ficará marcado para mais de 4 mil crianças no Paraná.** Disponível no endereço eletrônico: <http://www.mst.org.br/Encontro-Sem-Terrinha-ficara-marcado-para-4-mil-criancas-do-Parana>; Acesso em 20/03/2011a [14h: 00min].

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **A educação nos assentamentos no Paraná.** Disponível no endereço eletrônico: <http://www.mst.org.br/node/8361>; Acesso em 20/03/2011e [14h: 40min].

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Coletivo Nacional de Saúde.** Boletim Informativo. Dezembro, 2007b, p.4.

NERI, Marcelo Cortes; COSTA, Daniela Ribeiro da . **O Tempo das Crianças.** Ensaio Econômico – Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro. N. 468., 2002.

NOBRE, Leticia Coelho da Costa. **Trabalho de crianças e adolescentes: os desafios da intersectorialidade e o papel do Sistema Único de Saúde.** Ciênc. saúde coletiva. 2003, v. 8, n. 4, pp. 963-971.

OIKAWA, Marcelo. **Porecatu, a guerrilha que os comunistas esqueceram.** São Paulo: editora Expressão Popular, 2011.

PLAZA, Orlano J. **Economía campesina.** Lima: Desco - Centro de estudios y promoción del desarrollo, 1987.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Revista NERA. Presidente Prudente. Ano 8, n. 7 pp.35-47, 2005.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977. 20 edição.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. São Paulo: Gradiva, 1998.

RIZZINI, Irene; THAPLIYAL, Nisha e PEREIRA, Luciléia. **Percepções e experiências de participação cidadã de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro**. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 2 p. 164-177 jul./dez. 2007

SANTOS, Gilberto Lima dos; CHAVES, Antonio Marcos. **Reconhecimento de direitos e significados de infância entre crianças**. Psicol. Esc. Educ. (Impr.) [online]. 2010, vol.14, n.2, pp. 281-290. ISSN 1413-8557.

SANTOS, MILTON. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1996.

SODRE, Liana Gonçalves Pontes. **Crianças de um acampamento do MST: propostas para um projeto de educação infantil**. Estud. psicol. (Natal) [online]. 2005, vol.10, n.2, pp. 181-189. ISSN 1413-294X.

SOUZA, Estéfano Alves; et al. **Prevalência e distribuição espacial de parasitoses intestinais em assentamento agrícola na Amazônia rural, Acre, Brasil**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(2), p.427-434, fev, 2007.

SOUZA, Maria Antônia. **A pesquisa sobre educação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos Programas de Pós-Graduação em Educação**. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 36 set./dez. 2007

SOUZA, Maria Antônia. **Educação do Campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica.** Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008

STEDILE, João Pedro. Entrevista sobre Reforma Agrária. **Revista Carta Capital.** São Paulo, ano XVI, n.657, 2011.

STOTZ, Eduardo Navarro. **A “questão agrária e a saúde pública”: considerações em torno de uma crítica ao neoliberalismo.** Revista Ciência e Saúde Coletiva, 12 (1): 15-17, 2007.

STOTZ, Eduardo Navarro. Relatório do Projeto **“Memória Social sobre Saúde e Ambiente; um Projeto de Pesquisa-Ação com Agricultores familiares de Sumidouro - RJ”.** Relatório Final de Pesquisa Apresentado ao CNPq, 2008.

TEIXEIRA, Maria das Graças Souza. **A criança indígena no seu universo lúdico.** Disponível no endereço eletrônico:

http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_I/maria_gracas_souza_teixeira.pdf; Acesso em 20/05/2011 [10h: 00min].

UMBELINO, Ariovaldo. **Reforma Agrária.** In: MOTTA, Márcia (organizadora). Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.